



UM MOSTEIRO ENTRE OS RIOS

o território alcobacense

COORDENAÇÃO

António Valério Maduro e Rui Rasquilho

**UM MOSTEIRO
ENTRE OS RIOS**
O território alcobacense

Título: Um Mosteiro entre os rios. O território alcobacense

Coordenadores: António Valério Maduro e Rui Rasquilho

Fotos da capa e da contracapa: Jorge Prata

Concepção e arranjo da capa: Jorge Prata e Gonçalo Fernandes

Edição: AMA - Associação dos Amigos do Mosteiro de Alcobaça

Apoio: Município de Alcobaça

© AMA - Associação dos Amigos do Mosteiro de Alcobaça

 **Hora de ler**

© para a produção

Hora de Ler, Unipessoal Lda.

Urbanização Vale da Cabrita

Rua Dr. Arnaldo Cardoso e Cunha, 37 - r/c Esq.

2410-270 LEIRIA - PORTUGAL

E-mail: horadelercf@gmail.com

Telef.: 244212003 * Tlm: 966739440

Facebook: https://www.facebook.com/Hora-de-Ler-2263586547021316/?modal=admin_todo_tour

Revisão e coordenação editorial: Coordenadores, Nídia Marques e Hora de ler

Montagem e concepção gráfica: Hora de ler

Impressão: Artipol - www.artipol.net

Colecção: *História & Memória* – 26

1.^a edição: Agosto 2021

Edição 1091/21

Depósito Legal: 487067/21

ISBN: 978-989-8991-64-5

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

AGRADECIMENTOS

Os Coordenadores e os Autores agradecem a todas as instituições, entidades empresariais e particulares a autorização recebida para fotografar obras de arte e outros elementos necessários para este livro.

Mais agradecem a:

DGPC/Mosteiro de Alcobaça;

Hugo Rilho e Maria Azeitona (apoio informático);

Nídia Nair dos Anjos Marques (revisão de textos);

e aos Párocos e respectivas Paróquias:

Padre José Dionísio (Valado e Maiorga); Padre Ivo Santos (Évora de Alcobaça); Padre Mário Campos (Santa Catarina); e Padre Paollo Lagatta (Nazaré).

UM MOSTEIRO ENTRE OS RIOS

O território alcobacense

COORDENAÇÃO
António Valério Maduro e Rui Rasquilho

ALCOBAÇA
2021

 Hora de ler

INDICE

Prefácio	7
<i>Paulo Inácio, Presidente da Câmara Municipal de Alcobaça</i>	
Introdução	9
<i>António Valério Maduro e Rui Rasquilho, coordenadores</i>	
Caraterização geográfica do território de Alcobaça	27
<i>Maria Virgínia Faria Henriques</i>	
O território de Alcobaça antes dos Cistercienses	95
<i>Pedro Barbosa</i>	
A presença humana na quinta e igreja de São Gião: breve análise das fontes documentais e dos trabalhos de arqueologia	113
<i>Carlos Fidalgo</i>	
Castelos dos coutos de Alcobaça	137
<i>Rui Rasquilho e José Lopes Coutinho</i>	
A consideração filosófica da experiência de Deus em Bernardo de Claraval	149
<i>Amílcar Coelho</i>	
Olhares sobre o Mosteiro e o seu domínio	201
<i>Rui Rasquilho</i>	
História fotográfica do Mosteiro de Alcobaça	253
<i>Jorge Prata</i>	
A botica do Mosteiro de Alcobaça	305
<i>Marízia Pereira, Maria do Céu Tereno e Filomena Monteiro</i>	
Os monges em acção: a economia do Mosteiro de Alcobaça na Idade Média	321
<i>Maria Alegria Marques</i>	
Morfoevolução de algumas das antigas estruturas rurais do mosteiro de Alcobaça – Análises arquitetónica e paisagística	355
<i>Maria do Céu Tereno, Marízia Pereira e Filomena Monteiro</i>	
Poderes em conflito: a demanda pelas jurisdições senhoriais entre o rei D. Afonso IV e o Mosteiro de Alcobaça	421
<i>Saul António Gomes</i>	
Os campos dos coutos de Alcobaça: ordenamento hidráulico e valorização do território ..	483
<i>José Manuel de Mascarenhas</i>	
Água cisterciense	543
<i>Rui Rasquilho</i>	
A terra, o trabalho e os frutos no domínio alcobacense (séculos XVII-XIX)	555
<i>António Maduro</i>	
Traduções em Alcobaça, em tempos de renovação monástica: ao lado dos rios, o curso da voz quotidiana	623
<i>Aires do Nascimento</i>	
Artes à Sombra do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça durante a Idade Moderna (séculos XVI-XVII)	655
<i>Vítor Serrão</i>	
Nazaré - Devoção Mariana Universal nos Coutos de Alcobaça	687
<i>João Oliva Monteiro</i>	
A tumulária medieval: abadia de Alcobaça	693
<i>Maria Augusta Pablo Trindade Ferreira</i>	

O Colégio de Nossa Senhora da Conceição de Alcobaça (1648-1833)	707
<i>Antonieta Vera de Sousa</i>	
Convento de Santa Maria Madalena de Alcobaça 1566-1834 / Convento dos Capuchos Arrábidos de Alcobaça	745
<i>Antonieta Vera de Sousa</i>	
A Hospedaria no Mosteiro de Alcobaça	757
<i>João Oliva Monteiro</i>	
O Mosteiro de Alcobaça na Literatura de Viagens	769
<i>Miguel Dias Santos</i>	
Os sinos do Mosteiro de Alcobaça	793
<i>António Maduro, Rui Rasquilho e Hermínio Nunes</i>	
As termas da Piedade (Alcobaça)	807
<i>António Maduro e Jorge Mangorrinha</i>	
Do Juncal a Alcobaça – dois séculos e meio de história cerâmica	835
<i>Jorge Pereira de Sampaio</i>	
Santa Casa da Misericórdia de Alcobaça	857
<i>Jorge Pereira de Sampaio</i>	
A importância do encontro de Alcobaça na revolução de 1820	863
<i>Leonel Fadigas</i>	
A indústria em Alcobaça da Idade Média à Comunidade Europeia: uma síntese (ou quase)	871
<i>Jorge Custódio</i>	
O Rossio de Alcobaça	977
<i>Carlos Gil Moreira</i>	
Os bombeiros e a segurança da população: quando os silêncios também fazem a história	991
<i>Leonor Carvalho e Susana Leão</i>	
O Sindicato Agrícola de Alcobaça e outras organizações de apoio à lavoura e à sociedade	1003
<i>António Valério Maduro</i>	
Cooperativa Agrícola de Alcobaça - história e factos	1007
<i>Luís Peres Pereira</i>	
A Fundação Maria e Oliveira	1009
<i>Luís Peres Pereira</i>	
Chalets e palacetes do Romantismo tardio	1013
<i>Maria Zulmira Furtado Marques</i>	
O comércio em Alcobaça desde o final do século XIX	1033
<i>Luís Peres Pereira</i>	
Como foi comemorado o final da guerra	1049
<i>José Eduardo Reis Oliveira/JERO</i>	
No centenário da atribuição da Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito à vila de Alcobaça	1053
<i>Fleming de Oliveira</i>	
Coz, o renascer de Cister no feminino	1073
<i>Jorge Figueiredo</i>	
Alcobaça d'outro tempo (e de um tempo novo): museus, coleções e património musealizado alcobacense	1083
<i>Alberto Guerreiro</i>	
Turismo, Património e Desenvolvimento	1129
<i>Eduardo Gonçalves</i>	
Fontes e referências bibliográficas	1141
Autores e seus vínculos	1191
Parceiros institucionais	1198

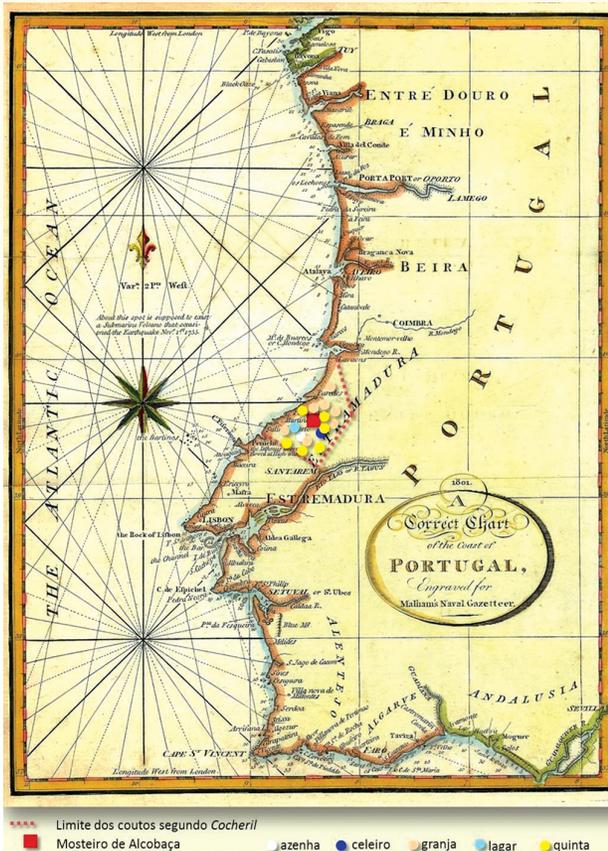
MORFOEVOLUÇÃO DE ALGUMAS DAS ANTIGAS ESTRUTURAS RURAIS DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA

Análises arquitetónica e paisagística

MARIA DO CÉU SIMÕES TERENO | MARÍZIA M. D. PEREIRA | MARIA FILOMENA MONTEIRO

Em Portugal, a extinção das ordens religiosas ocorreu em 1834, sendo que o facto de os bens patrimoniais construídos pela Ordem de Cister se terem mantido durante mais de sete séculos sob a sua alçada, não pôde constituir garantia de salvaguarda (Fig. 1). Depois da desocupação do Mosteiro de Alcobaça, gerou-se um movimento de revolta da população, por ter sofrido alegados excessos por parte da comunidade religiosa. Este conjunto de fatores prejudicou a con-

Fig. 1 – Localização simbólica das estruturas rurais selecionadas sobre base cartográfica "1801. A Correct Chart of the Coast of Portugal, Engraved for Malha's Naval Gazetteer". Fonte: adaptado de John Malham, D. Maur Cocheril.



servação dos edifícios da Ordem de Cister, precipitando nalguns casos, a destruição quase completa das instalações, a utilização arbitrária das estruturas edificadas e de material que foi empregue em construções. Na perspetiva da salvaguarda de um conjunto significativo da obra cisterciense no património cultural português, analisou-se do ponto de vista arquitetónico, o que subsiste das estruturas das suas granjas, quintas e outras construções agrícolas. Muitas delas estão em estado precário de conservação, nomeadamente as mais antigas. No entanto, algumas quintas e granjas dos séculos XVII e XVIII ainda se encontram em condições de degradação menos acentuadas.

A. CONJUNTO DE ESTRUTURAS RURAIS SELECIONADAS

Granja e celeiro de Aljubarrota

A vila de Aljubarrota situa-se a cerca de 3,5 km a nordeste de Alcobaça (Fig. 2), na estrada em direção à Batalha e Porto de Mós, com morfologia longilínea. Pela dimensão atual, constata-se que o crescimento demográfico não foi significativo, mantendo-se a configuração medieval.



Fig. 2 – Granja e Celeiro de Aljubarrota. Localização. Fonte: adaptado de Google Earth (2021).

É de fundação bastante remota e teve foral atribuído por D. Fr. Pedro Egas, sendo que em 1230 [Azevedo (1992) in Barbosa (1992)], surge designada como “*villa*”. A povoação era de pequenas dimensões que, segundo Gonçalves (1989), em 1533 contava com uma gafaria, um hospital, uma albergaria e uma população que se distribuía por pequenos núcleos habitacionais, com menos de duzentos fogos. Esta gafaria ter-se-há situado na localidade de Cadoiço, a cerca de 2 km a sudoeste de Aljubarrota.

A antiga granja de Aljubarrota terá dado origem à vila (Fig. 3). Um pequeno conjunto de edifícios situados no centro, ainda apresentam alguns vestígios de dimensões e estados de conservação diferenciados.

Procuraram-se edifícios que pudessem estar relacionados com a granja, referenciada a partir do século XIII e identificaram-se alguns, que pelas suas caracte-



Fig. 3 – Granja e Celeiro de Aljubarrota. Implantação. Fonte: adaptado de Google Earth (2021), desenho de M. Tereno.

rísticas arquitetónicas, parecem ter pertencido ao antigo conjunto. Um, em particular destaca-se pela configuração e dimensões significativas, relativamente aos outros existentes na vila (Fig. 4). Esta edificação situa-se no núcleo mais antigo, junto ao largo do Pelourinho, paralelamente à rua Direita, e com orientação noroeste/ sudeste. No Inventário de Extinção do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça aparece descrita como: “...um grande celeiro lajeado, no mesmo sítio da Praça da Vila de Aljubarrota, que parte de todas as partes com o público...”¹. No Diário do Governo, n.º 61 de 11 de março de 1836, vem descritas algumas propriedades do Mosteiro de Alcobaça, que poderão ter integrado esta granja: “...617. Casas alagadas, com seu quintal, poço, e armazém, com pias para azeite, sita-se na praça da Vila de Aljubarrota, as quaes partem por todos os lados com ruas publicas [...] 30\$000. 618. Um grande celeiro lajeado, situado na mesma praça [...] 100\$000. 619. Moinhos-de agoa de quatro pedras, e urn echouço anexo, no sitio da Chaqueda de cima, que confrontam, do norte e nascente com estrada, sul e poente com rio [...] 1:680\$000. 620. Lagar de azeite com seis varas, três caldeiras, e terra com sessenta oliveiras ho dito-sítio: confronta do norte e nascente com rio [...] 600\$000. 621 Casas terreas no mesmo sitio, que confrontam pelo norte com José-Maria de Sousa, nascente com Joanna Maria Ferreira Viuva, e poente com José Machado [...] 12\$000...”².

Fig. 4 – Celeiro e Granja de Aljubarrota. Fonte: M. Tereno (2005).



¹ PT-MF-DGFP-E-001-00005_c00035.JPG.

² Diário do Governo, n.º 61 de 11 de Março de 1836, Lista 46.a - Arrematação perante o Governador Civil do Districto de Leiria. No dia 25 de Abril proximo futuro. Mosteiro de Santa Maria, da Ordem de S. Bernardo, em Alcobaça. Concelho de Aljubarrota.



Fig. 5 – Granja de Aljubarrota. Fonte: M. Pereira (2020).



Figs. 6 e 7 – Celeiro de Aljubarrota. Fonte: M. Pereira (2020).

Pelas características arquitetónicas do edifício, poderia ser o celeiro da granja. Trata-se de uma construção de aspeto maciço, com paredes espessas de alvenaria, visível nos vãos (Figs. 5, 6 e 7). De planta retangular, de um piso, tem cerca de 20 m de comprimento por 10 m de largura, sem outras características arquitetónicas relevantes.

Nele funcionou, a Associação dos Caçadores da Freguesia de Aljubarrota e atualmente pertence ao Município de Alcobaça, encontrando-se nele instalado o posto dos CTT, e também a Loja do Cidadão.

O estado de conservação do celeiro é razoável, tendo recebido alguma manutenção, em época recente.

Granja de Alfeizerão e a Casa do Relego

A vila de Alfeizerão situa-se a cerca de 15 km a sudoeste de Alcobaça e, foi porto de mar até ao século XVI (Fig. 8). A sua morfologia desenvolve-se no sentido nascente/poente e as reduzidas dimensões, deveu-se provavelmente à pouca área disponível para construção, considerando que na época estaria maioritariamente rodeada por terrenos pantanosos.



Fig. 8 – Granja de Alfeizerão e Casa do Relego. Localização. Fonte: adaptado de Google Earth (2021).

Almeida menciona que o primeiro foral terá sido atribuído a Alfeizerão no reinado de D. Afonso IV, pelo abade do mosteiro de Alcobaça (Almeida, 1995:106). Surge, também a referência a um segundo foral de 1440: “...*In dey nomine amen. Saibam quantos esta carta virem que nos frei Fernando, abbade, e o convento do Mosteiro d’Alcobaça damos a vós, povoadores d’Alfeizerão, e a todos vossos sucessores que depois de vós vierem, d’este dia pera todo o sempre as nossas herdades d’este lugar d’Alfeizerão, da Mota e da Torre de «fromendo», segundo são demarcadas per estas divisões que se seguem...*”. Posteriormente, em 1514, foi atribuído novo foral, por D. Manuel.

Alfeizerão também integrou os antigos coutos de Alcobaça e aparece referida como granja em inícios do século XIII, que se desenvolveu em campos que tinham sido paus e terras alagadiças. Natividade refere a ação do Marquês de Pombal, que mandou proceder ao estudo de saneamento dos campos de Alfeizerão e Valado (Natividade, 1944).

O conjunto dos edifícios que terão provavelmente pertencido à antiga granja de Alfeizerão tem a orientação predominante noroeste/sudeste (Figs. 9, 10 e 11). O edifício que se localiza em frente à igreja centra a atenção, quer pela dimensão considerável, quer pela cobertura em telhado de quatro águas, cuja inclinação muito acentu-



Fig. 9 – Granja de Alfeizerão. Implantação. Fonte: adaptado de Google Earth (2021); desenho de M. Tereno.



Figs. 10 e 11 - **Celeiro de Alfeizerão**. Fonte: M. Tereno (2005 e 2020).

ada é pouco comum na região. Fronteiro a ele e distando poucos metros, encontra-se uma construção parcialmente arruinada, que provavelmente poderá ter sido, o celeiro primitivo da granja. No Inventário de Extinção dos Bens do Mosteiro encontram-se duas descrições: “...*Um celeiro denominado da Renda da Massa, com seus quartos contíguos, cozinha e lojas, sito na vila de Alfeizerão que parte do norte, sul, nascente, e poente com ruas públicas [...] um celeiro denominado da Terças, com adega por baixo, lagares de vinho, e palheiros, sito na mesma vila de Alfeizerão, que parte de todos os lados com baldios do público e nascente com baldios do público, e poente com o dito celeiro...*”.

No Diário do Governo, n.º 62, de 12/03/1836³, encontra-se uma descrição de dois celeiros situados em Alfeizerão: “...n.º 629 – *Um Celleiro denominado = da renda da Massa = com seus quartos contíguos, cosinha, e lojas, situado na Villa de Alfeizerão, o qual confronta por todos os lados com ruas publicas [...] 150\$000. N.º 630 - Outro Celleiro, denominado = das Terças = situado na dita Villa; tem*



Fig. 12 – **Casa do Relêgo**. Implantação. Fonte: adaptado de Google Earth (2021); desenho de M. Tereno.

³ Diário do Governo, n.º 62, de 12/03/1836. Lista 47 - Arrematação perante o Governador Civil do Distrito de Leiria. No dia 26 de Abril proximo futuro. Mosteiro de Santa Maria da Ordem de S. Bernardo, em Alcobaça.

adega por baixo, lagares de vinho, e palheiros; confronta por todos os lados com baldios do publico [...] 300\$000...”.

Na mesma rua, um pouco mais distanciada, surge a casa do Relêgo. Segundo Gonçalves o relego consistia: “...na interdição da venda de vinho avulso durante um determinado período do ano, altura em só o da produção e rendas senhoriais – ou reais, quando era o caso – podia ser atabernado...” e ainda “...Sendo as rendas muitas vezes pagas em géneros e a videira uma das culturas que mais longamente se manteve em regime de exploração direta, deviam ser avultadíssimas as quantidades de vinho que ano após ano entrava nas adegas senhoriais...” (Gonçalves, 1989:466). Noutras obras consultadas menciona: “...Também o Mosteiro de Alcobaça fazia guardar o relego nos seus coutos...”. Oliveira e Souza, no foral de Alfeizerão refere: “...O relego e o foro estatuidos eram os de Santarém, nas vilas dos Coutos, e o de Beja em Beringel [...] era um imposto que consistia no seguinte: O estado, o Senhor, a Igreja, ou o mosteiro lançavam um tributo direto sobre o vinho. Nos Coutos esse tributo era, o quarto ou o quinto da produção. Ficava pois o senhor com um género que convinha vender, quanto mais não fosse por ser facilmente alterável, em virtude certamente de práticas o enotécnicas imperfeitas. Estabelecia-se que de 1 de Janeiro a 1 de Abril ninguém podia vender vinho senão o fisco. A desobediência a este preceito era punida pela 1ª e segunda vez, com multa de 5 soldos, e à terceira com arrombamento das cubas e transvasamento do vinho do transgressor. O Relego era um imposto que incidia sobre o vinho do Concelho; o de fora, para poder entrar, estava sujeito ao pesado tributo de um almude de relegagem por carga cavalari...” (Souza, 1929:97). Estas afirmações corroboram a existência de edifícios destinados à guarda deste imposto. Em Alfeizerão, pelo pormenor de uma janela manuelina de bastante interesse, pode inferir-se a possível qualidade arquitetónica em épocas anteriores (Figs. 13, 14, 15 e 16).



Figs. 13 e 14 – Casa do Relêgo. Fonte: M. Tereno (2005).



Figs. 15 e 16 – Casa do Relêgo. Fonte: M. Pereira (2020).

O antigo celeiro encontra-se devoluto, arruinado e vazio. O edifício do Relêgo está muito adulterado, tendo anexo uma outra construção descaracterizada. A função para a qual foram construídos os celeiros poderia ser o armazenamento de cereal e outros produtos agrícolas. Encontram-se em ruínas sendo que no mais recente, parte substancial do telhado ruiu. Na última visita efetuada ao local, em setembro de 2020, foi ainda possível observar o que subsistia da antiga Casa do Relêgo, com a sua janela manuelina. Infelizmente, teve-se conhecimento que esta foi destruída no corrente mês de novembro, apagando assim, a memória do que subsistia de um património que foi relevante como o que pertenceu ao Mosteiro de Alcobaça. É lamentável, que estas situações continuem a ocorrer com tanta frequência, perante a indiferença geral, procurando destruir a identidade cultural enquanto povo português.

Granja do Bárrio

Foi implantada em área ligeiramente ondulada entre, a oeste pelo Paul da Cela e a este, pelo vale da ribeira do Bárrio, a noroeste de Alcobaça, a cerca de 6 km. A malha urbana entre as estradas de Valado de Frades/Cela e em confluência com a estrada de Casal da Fonte/Vestiaria/Alcobaça leva a admitir que as estradas foram construídas ao longo da cerca da granja (Fig. 17). Atualmente, na ausência de muros, poder-se-á definir com algum rigor, o perímetro da granja.

Desconhece-se a data de fundação da Granja do Bárrio, localidade a que Bonifácio faz referência à origem da palavra Bárrio que “...*deriva de Bairro, uma das partes em que se dividem as povoações grandes e medianas...*” e ainda Natividade refere que “...*Bárrio - Corrupção de Bairro, como claramente se vê em muitos documentos antigos...*” (Bonifácio, 1948:258 e Natividade, 1885:31), foi selecionada por ter um edifício recuperado que mantém algumas características arquitetónicas atribuíveis aos séculos XVII/XVIII.



Fig. 17 – Granja do Bário. Localização. Fonte: adaptada de base Google Earth (2021).

A vida conturbada pela qual passou o Mosteiro de Alcobaça em tão longo período de existência, não permitiria encontrar edificações correspondentes ao seu período inicial, que poderá situar-se em meados do século XIII. Embora não se tenha encontrado referência direta a este facto, existe na carta de povoação de Cela Velha, de 1286, uma menção à Granja do Bário (Bonifácio, 1948).

Em descrição do Diário de Governo, n.º 16 de 18 de janeiro de 1838⁴, encontra-se no número 334 a descrição de: “...Lagar de vinho de duas varas, no Logar do Bario, Districto da Villa de Cella; confronta de todos os lados com baldios do Concelho [...] 200\$000...”, que pode ser o edificio analisado.

Após a visita ao local, foram identificados dentro do perímetro da cerca, dois edificios que, dadas as características, pertenceram com grande probabilidade, à antiga granja. Consegue ainda perceber-se o traçado provável da cerca, o espaço que compreende os edificios e o remanescente dos muros.

Ainda podem ser observados dois locais que se configuram como rossios correspondentes a antigos portões da granja (Barbosa *et al*, 1999), dada a estrutura viária em forma de “*pate d’oie*”.

Ainda no Bário, e em local um pouco afastado do edificio descrito, encontra-se outro de aspeto bastante antigo e de características semelhantes, em avançado estado de degradação, que nos faz supor ter estado incluído na cerca da antiga granja, cuja função atual é a de armazém de alfaias agrícolas. Também integrado num muro, encontra-se uma antiga tulha de pedra ou uma arca tumular de época mais antiga. Com os elementos disponíveis não é possível definir com rigor a época de construção dos edificios, que revelam elementos construtivos do século XVIII a par de outros de épocas anteriores.

Também existe nesta localidade um edificio, que poderá ter pertencido à granja, e que se encontra em bom estado de conservação. Resulta de uma intervenção recente, que visou dotar o edificio de boas condições de habitabilidade (Figs. 18, 19 e 20).

⁴Diário de Governo, n.º 16 de 18 de Janeiro de 1838, Lista n.º 342, V-8 - Arrematação perante a Junta de Crédito Público no dia 8 de Fevereiro próximo futuro. Distrito de Leiria.



Fig. 18 – Granja do Bárrio. Implantação. Fonte: adaptado de Google Earth (2021); desenho de M. Tereno.

Trata-se uma construção de dois pisos, de planta retangular com cerca de 7,2 m x 24,8 m, que se desenvolve segundo o eixo este-oeste e em que se notam adições de espaços criando uma volumetria diversificada e vãos variados.

A fachada orientada a oeste apresenta, um portão de dimensões assinaláveis, situado a eixo da mesma que deve ter servido, em tempos, como o principal acesso ao edifício. De cada lado do portão situam-se dois vãos retangulares horizontais de pequenas dimensões sendo sobrepujado por um óculo elíptico de aspeto mais recente. A fachada lateral norte é a que apresenta maior diversidade de elementos, que contribuem de forma significativa para a sua animação e para uma maior riqueza do conjunto. Os vãos desta fachada, mais elaborados, são semelhantes aos que se encontram na fachada oeste e corresponderiam à existência de um segundo piso.

A diversidade compositiva resulta de uma distribuição irregular dos vãos, sem correspondência entre o primeiro e o segundo piso, decorrendo provavelmente de necessidades funcionais. Na fachada este assinalam-se três vãos correspondentes a três pisos diferentes. O primeiro piso, dado o declive do terreno de implantação do edifício, ocupa cerca de um terço da sua dimensão e desenvolve-se parcialmente em



Figs. 19 e 20 – Granja do Bárrio. Fonte: M. Tereno (2005 e 2020).

cave, iluminada por uma estreita fresta vertical. Os dois pisos superiores, cada um com uma janela de vão e trabalho diferente, são menos elaborados, do que as cantarias dos vãos da fachada norte. Adossado a essa fachada encontra-se um muro que estabelece o fecho de uma área confinante com outro edifício de menor dimensão. O edifício e o anexo que se observa na fachada oeste têm cobertura em telhado de duas águas, foi convertido em habitação particular.

O estado de conservação é razoável por ter sido alvo de obras de manutenção, relativamente recentes. Em visita de 2020, verificou-se que o conjunto estava novamente a ser intervencionado para manutenção.

Granja de Cós e Póvoa de Cós

A vila/aldeia de Cós situa-se numa encosta, virada para o rio de Cós ou dos Lagos (como era conhecido em tempos antigos), a cerca de 10 km a noroeste de Alcobaça, na estrada que liga Alcobaça a Maiorga (Via IC9) (Fig. 21). Pressupõe-se que, em tempos primitivos que remontam à construção da granja, os terrenos da margem do rio de Cós e dos afluentes tenham sido saneados e recuperados para a agricultura.

A vila/aldeia de Póvoa de Cós situa-se a cerca de 1,6 km a oeste de Cós e 9 km a norte de Alcobaça, na estrada entre Alcobaça e Maiorga, na zona definida pela confluência dos rios Areia e de Cós, partindo do princípio que a atividade agrícola se possa ter desenvolvido nas margens dos dois cursos de água.

Uma descrição do Padre António Carvalho da Costa elucida-nos como seria esse território: “...*Não longe da villa de Alcobaça, uma legoa da parte do Norte, está um ameno valle, povoado de muitos arvoredos, pomares, vinhas e olivae, a quem corta pelo meyo uma ribeyra de christalinas aguas, a qual junta com outro rio, que mais abaixo corre pe'la charneca, se vae metter em o campo da abbadia de Alcobaça, e desemboca com outros rios, que vem da mesma villa, em a praya da Pederneira...*” (Costa, 1712:130).

Apesar das granjas de Cós e Póvoa de Cós terem pertencido às monjas do Convento de Santa Maria de Cós, entendeu-se incluí-las no conjunto mais alargado das



Fig. 21 – Granja de Cós. Localização. Fonte: adaptado de Google Earth (2021).



Fig. 22 – Granja de Cós. Implantação. Fonte: adaptado de Google Earth (2021); desenho de M. Tereno.

possessões do Mosteiro de Alcobaça, porque os abades do Mosteiro eram donatários desta vila (Costa, 1712). Apresentam poucos vestígios e encontram-se em estado de conservação díspar. Têm alguns elementos remanescentes disseminados pelas povoações em que ficaram integrados ou se encontram em estado de degradação.

Não se tem elementos necessários que permitam a identificação dos limites das granjas nem o conjunto das estruturas edificadas. Por esta razão, indicam-se apenas os edifícios considerados atribuíveis às mesmas. As designações de Granja de Póvoa de Cós e de Casal da Granja parecem apontar para a existência de duas antigas propriedades geridas pelos monges/monjas ou uma granja e um casal arrendado a camponeses. O conjunto de edifícios que integra o casal encontra-se em mau estado de conservação.

A antiga granja de Cós situar-se-ia com toda a probabilidade em redor de um antigo edifício designado como “celeiro ou tulha” (Sousa & Gomes, 1998). A confirmar esta suposição encontra-se a toponímia, que indica a rua que se dirige a este edifício, a rua do Celeiro (Figs. 22 e 23).



Fig. 23 – Granja de Cós. Fonte: M. Tereno (2005).

Próximo, mas em plano inferior, no gaveto da rua Direita situava-se provavelmente, um lagar de vinho, que deixou vestígios na designação da atual galeria de arte “A dega”. Sobre este encontrou-se no Diário do Governo nº 288 de 5 de dezembro de 1839⁵, a descrição do mesmo no: “...N.º 3932 - Lagar de vinho com duas varas e quatro lagariças, sito na Villa de Coz: parte pelo sul com a estrada; norte com vários Ercos; nascente com a casa do Prior; e poente com adêga de José Maria de Oliveira [...] 100\$000...”.

⁵ Diário do Governo, n.º 288 de 5 de Dezembro de 1839, Lista 558 - Arrematação perante a Junta do Credito Publico, no dia 10 de Janeiro de 1840 de Leiria.

Próximo do antigo celeiro, existiu também um edifício, que até há pouco tempo era conhecido na aldeia como “cavalariças”, que poderá ser uma antiga dependência da granja de Cós. A existência do celeiro é justificada, pela abundância de cereais que existia nos Coutos de Alcobaça que, por exemplo, da Pederneira a Alvorninha e Cós, fazia ascender o número de celeiros para cerca de trinta e sete (Marques, 1998).

Por razão semelhante, a produção vinícola era também muito desenvolvida, o que justificaria a existência de quarenta e duas adegas nestas localidades.

A antiga granja de Cós situa-se, ou pelo menos o que se supõe serem remanescentes, no centro da povoação de Cós. Servem de exemplo, os edifícios do antigo celeiro e da adega, o primeiro na rua do Celeiro e que é visível para quem chega a Cós pela estrada de Alpedriz e que passa em frente do Mosteiro de Cós. Uma possível cerca da granja incluiria o edifício referido, a adega e toda a cerca do mosteiro, até ao rio de Cós.

No conjunto de edifícios não é possível identificar, aquele que albergaria os conversos, encarregados da supervisão da granja. Na povoação de Cós, na via que passa em frente ao Mosteiro (antiga rua Direita), o que se observa é uma mole de edifícios, maioritariamente pintados de branco, que em planos diferenciados acompanham a encosta. Trata-se do antigo celeiro de planta retangular, atualmente com três pisos (Figs. 24 e 25).

O conjunto coberto por telhado de duas águas, está muito alterado, devido a intervenções recentes, que tiveram em conta o conforto dos utentes. Deste modo o alçado melhor conservado, é aquele que se considera como principal, porque está voltado para o centro da povoação. Está orientado a norte onde, atualmente se abrem em cada um dos pisos, três vãos. O alçado nascente encontra-se muito arruinado e pode ver-se

pelo vão existente que seria uma das entradas do celeiro. O alçado sul, com poucos vestígios, mantêm desde tempos remotos, talvez um portão com ombreiras de pedra e, notam-se intervenções relativamente recentes. O alçado poente é parte comum com outro edifício, que pretende ser a continuidade deste. Do interior já nada se conserva de primitivo. Anexo a este edifício dizem ter existido um outro que era conhecido na povoação como tendo sido cavalariças. Os três edifícios bastante próximos uns dos outros, sugerem a ideia de um núcleo de atividades que podem ter subsistido da antiga granja e que se mantiveram servindo o Mosteiro de Cós.



Figs. 24 e 25 – Granja de Cós.

Fonte: M. Pereira (2020).



Fig. 26 – Granja de Cós. Fonte: M. Pereira (2020).

Ainda na povoação de Cós, encontra-se outro edifício, também de planta retangular, que foi outrora um lagar de vinho, vestígio que lhe ficou no nome que atualmente ostenta. Situa-se na rua Direita, em plano inferior ao do celeiro, coberto por telhado de duas águas. De arquitetura singela, apresenta no alçado nordeste (Fig. 26), um portão rematado por arco abatido, encimado por um óculo.

O alçado noroeste desenvolve-se ao longo da rua Direita, com dois vãos, de construção primitiva, um pequeno vão retangular e outro de maior dimensão, vertical. O alçado sudeste é constituído por uma empena cega.

Granja de Póvoa de Cós e Casal da Granja

Relativamente a esta granja, encontram-se, poucos vestígios. No entanto, e mais uma vez, a toponímia do local contribuiu para possível localização. Encontra-se, na principal confluência de ruas da Póvoa, a sua estrutura urbana em *pate d'oie*, uma via que tem a designação de rua da Granja, que parece apontar para a sua existência nas proximidades. Este facto é ainda confirmado por vestígios encontrados nas aduelas em pedra de um antigo portão, que no ano de 1998, ainda existiam, e cerca de um ano depois, foi substituído por um pilar de betão. Esta é mais uma demonstração de que urge classificar e inventariar este património rural, para evitar o seu desaparecimento. Próximo deste “rossio”, encontra-se também a rua Casal da Granja e o beco da Granja.

No caso da Póvoa de Cós, parece razoável separar duas situações distintas: a que diz respeito à granja, de que apenas se pode inferir a localização através de elementos toponímicos, de vestígios de muros muito antigos e de um portão, entretan-



Fig. 27 – Granja de Póvoa de Cós e Casal da Granja. Localização.

Fonte: adaptado de Google Earth (2021).



Fig. 28 – Granja de Póvoa de Cós e Casal da Granja. Implantação. Fonte: adaptado de Google Earth (2021); desenho de M. Tereno.

to desaparecido. Aqui poder-se-á definir a cerca da antiga granja, apesar não haver edifício que lhe possa ser atribuído (Figs. 27 e 28).

No caso do Casal de Granja, cuja descrição remonta a 2005, existiam restos de um núcleo, que terá desenvolvido atividade agrícola, visto apresentar ainda construções destinadas à armazenagem de feno e uma eira, situada a poente do conjunto.

Realizou-se um levantamento do conjunto, ainda que sumário, quer em termos fotográficos, quer em termos arquitetónicos, para que subsistisse a memória deste, que apesar de não ser interessante, importa todavia, registar. O conjunto apresentava planta retangular, com remate angular, de aspeto singular pela sua adaptação ao declive do terreno. Do gaveto, que abarcava todo o edifício, viam-se alguns telhados, de duas águas, que acompanhavam o declive pouco acentuado, integrando-se nele (Figs. 29 e 30). O alçado que se situa ao longo da atual rua do Carvalho, aproveitava a inclinação do terreno, vendo-se um sector de telhado, na parte orientada a sudeste. Quando o alçado infletia notavam-se pilares de madeira que sustentavam o telhado, e em cujo espaço poderiam ser armazenados os fardos de palha e as alfaias agrícolas.



Figs. 29 e 30 – Granja de Póvoa de Cós e Casal da Granja. Fonte: M. Tereno (2001).

No alçado orientado a sul existiam alguns vãos, nomeadamente uma porta ladeada de duas janelas e cujo aspeto era mais recente do que o restante. Como é natural num edifício antigo, vai somando intervenções sucessivas, para uma melhor adaptação aos usos que lhe vão sendo atribuídos. Encostado a este alçado encontrava-se uma enorme mó de pedra enegrecida pelo tempo e outros apetrechos de transformação do cereal, dispersos pelo local.

O alçado poente apresentava intervenções relativamente recentes, maioritariamente realizadas em alvenaria de tijolo sem reboco. Quanto ao resto dos edifícios, os mais antigos, deixavam entrever pelas zonas de reboco desaparecidas, uma alvenaria de pedra, materiais genericamente empregues durante a Idade Média, nestes edifícios (Gonçalves, 1989).

O alçado norte acompanhava a inclinação do terreno adaptando-se-lhe, e era constituído por três corpos distintos, em que o primeiro servia de armazém. A seguir a este corpo, abria-se um portão que dava acesso ao resto do armazém e se prolongava pelo segundo corpo da construção, coberto com telhado de duas águas. Após um desnível não muito acentuado, surgia uma parte do edifício, que dadas as características, deve ter servido, como habitação, tendo uma janela e uma porta. Este conjunto está rodeado por um muro, não muito alto, que ainda conserva alguns troços antigos. Pelo que se observou, o telhado assentava numa estrutura de asnas de madeira, que entretanto foram cedendo. As telhas utilizadas, de tipo “Marselha”, sugeriam uma intervenção não muito recuada no tempo. No seguimento deste edifício e descendo para uma zona plana, encontram-se terrenos que poderão ter pertencido à antiga granja.

Foi recentemente alvo de obras de reabilitação, mantendo as funções de casa de habitação e atividade agrícola (Figs. 31 e 32). A construção referida como armazenagem foi convertida num amplo telheiro que serve de estacionamento e acesso à habitação.

Em visita de 2020 constata-se que devido à reabilitação do conjunto, encontra-se em boas condições de conservação.



Figs. 31 e 32 – Granja de Póvoa de Cós e Casal da Granja. Fonte: M. Tereno (2020).



Fig. 33 – Celheiro da Cela Nova. Localização. Fonte: adaptado de Google Earth (2021).

Celeiro da Cela Nova

A Cela Nova situa-se a poente de Alcobaça, a aproximadamente a 6 km desta cidade. Foi uma das 13 Vilas dos Coutos de Alcobaça (Figs. 33 e 34). Frei Fortunato de S. Boaventura refere: “...*Que era a Cella nova antes de 1286? Huma Granja, ou Herdade do Mosteiro, que o Abade D. Fr. Martinho, e os seus monges concederão para se fazer uma Povoação, a que mandarão por aquelle nome, sendo as principaes condiçoens, a que se obrigavão os Colonos as seguintes. Que pagassem o quarto do pão, e legumes da eira; o mesmo do vinho no lagar, com tanto que fossem das vinhas já plantadas pelos Monges, [...] daquelles Povos...*” (Boaventura, 1827:37). Também Souza (1929) e Bonifácio (1948) tratam da mesma questão. Nesta vila existiu uma granja que remonta ao século XIV, apresentando, tal como uma parte significativa das nossas vilas, uma morfologia urbana longitudinal, ao longo do principal eixo viário. No Diário do Governo n.º 60 de 10 de março de 1836 onde surge a descrição de dois celeiros⁶: “...*Concelho de Cella. N.º 609*



Fig. 34 – Celheiro da Cela Nova. Implantação. Fonte: adaptado de Google Earth (2021); desenho de M. Tereno.

⁶ Diário do Governo n.º 60 de 10 de Março de 1836, Lista 45.a - Arrematação perante o Governador Civil do Districto de Leiria. No dia 23 de Abril proximo futuro. Mosteiro de Santa Maria, da Ordem de S. Bernardo em Alcobaça.



Figs. 35 e 36 – Celeiro da Cela Nova.
Fonte: M. Tereno (2004).

Propriedade de casas altas na Villa de Cella, com dous Celleiros pegados, terra de semear, murada, com parreiras, e laranjeiras, tendo palheiro, e cavallariça; parte de todos os lados com ruas publicas [...] 1:000\$000...”.

No núcleo mais antigo da vila situa-se o largo do Pelourinho e na rua Joaquim da Silva Almeida, encontra-se um edifício de planta retangular com cerca de 25 m por 14 m que poderia ter sido o celeiro da antiga granja, orientado no sentido nordeste/sudoeste, na sua maior dimensão. O pé direito tem cerca de 4 m, com cobertura de duas águas. Atualmente, no seu todo, não existem elementos arquitetónicos de relevo (Figs. 35 a 38).

Este edifício mantém-se como armazém e o seu estado de conservação, comprovado em visita de 2020, continua razoável. Mantém a função de garagem e arrecadação.



Figs. 37 e 38 – Celeiro da Cela Nova. Fonte: M. Tereno (2020).

Granja de Maiorga

A vila de Maiorga foi também uma das 13 Vilas do Couto de Alcobaça e, de acordo com Natividade, faz parte de um conjunto de granjas criadas no século XIV, e que também incluía, as granjas do Bárrio, de Évora, de Turquel, da Cela e de Chiqueda (Natividade, 1944) (Figs. 39 e 40). Situa-se a cerca de 4 km a norte de Alcobaça e



Fig. 39 – Granja de Maiorga (Quinta do Outeiro). Localização. Fonte: adaptado de Google Earth (2021).

remonta ao século XIV. O celeiro foi considerado como o maior que os monges possuíram na região, devido, provavelmente à fertilidade dos solos. Encontram-se descritos na carta de povoação de Maiorga, datando de 1303, o imposto que deveria ser pago, por se tratar de terras muito férteis: “...E deis a nós e a nosso Mosteiro, de todo o termo das Colmeias do Estar e da Mata da Maiorga, em cada um ano o terço de todos os bens que Deus aí der, e não deveis fazer vinhas, nem pomares, nem almoinhas, nem ferragiais nesses lugares sobreditos...” (Marques, 1994:147) (Fig. 41).

Nos inícios do século XIV, a granja, pelas vicissitudes advenientes da redução de irmãos conversos, reduziu drasticamente a sua atividade. Iniciou nessa altura um lento processo

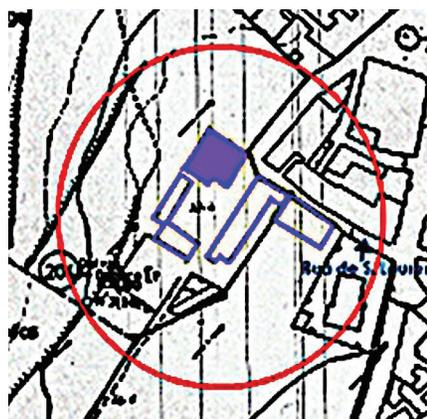


Fig. 40 – Granja de Maiorga (Quinta do Outeiro). Implantação. Fonte: adaptado de Google Earth (2021); desenho de M. Tereno.



Fig. 41 – Granja de Maiorga (Quinta do Outeiro). Implantação. Fonte: adaptado de Google Earth (2021); desenho de M. Tereno.



Figs. 42 e 43 – Granja de Maiorga (Quinta do Outeiro). Fonte: M. Tereno (2004).

de decadência que se confirma pela ausência de registo no Livro da Fazenda, entre 1435 e 1440, onde não constava como granja. Em nossa opinião deve efetivamente ter continuado com as mesmas funções, não explorada pelos monges de Alcobaça, mas que poderia ter sido arrendada a vários colonos (Figs. 42 e 43).

A granja de Maiorga, designada como Quinta do Outeiro, localiza-se na estrada que de Alcobaça se dirige a Pataias e situa-se numa colina no extremo sudoeste da vila de Maiorga sobranceira às margens da antiga lagoa da Pederneira, onde atualmente se encontram os campos dos rios do Meio e de S. Vicente. De acordo com Bolama: “...*Está situada na margem direita da ribeira Valla, que é afluente do rio Alcobaça e nasce ao Norte de Aljubarrota, cerca de 8 kilometros a E. S. O. do Oceano e da villa da Pederneira...*” (Bolama. 1909:66).

A descrição sumária que se fará do edifício remonta a 2005, quando ainda subsistiam as paredes exteriores e o conjunto muito arruinado.

Por se encontrar num local relativamente elevado, os vários edifícios que a constituíam tinham orientação predominante nordeste/sudoeste. O edifício principal que teve a função de habitação apresentava planta quadrangular de cerca de 17 m de lado, com o acréscimo, no alçado sudoeste, de uma escada de acesso a dois pisos.



Figs. 44 e 45 – Granja de Maiorga (Quinta do Outeiro). Fonte: M. Pereira (2020).

Nas proximidades deste conjunto encontravam-se outros elementos que atestam a passagem dos monges, tais como toponímicos e alguns edifícios que acreditamos terem pertencido à antiga granja pelas características arquitetónicas semelhantes a outros edifícios já identificados.

Em visita de 2020, verificou-se que da antiga estrutura rural, subsiste o portão de entrada (Fig. 44) e todo o edifício foi destruído, dando lugar a uma moradia de arquitetura contemporânea (Fig. 45).

Azenha da Laje

Localiza-se a cerca de 7 km a sul de Alcobaça, próxima das localidades de Ardido e Cabeça da Feitosa e acede-se pela estrada que liga Alcobaça a Évora de Alcobaça, adjacente à ribeira da Maceira, num vale de inclinação bastante suave e de terrenos férteis.



Fig. 46 – Azenha da Laje. Localização. Fonte: adaptado de Google Earth (2021).

De acordo com Maduro (2016), este lagar tinha 4 varas e dois moinhos, sendo que um era hidráulico e o outro movido a força animal. Foi remodelado no início do século XX, tendo sido montado outro engenho hidráulico. Este lagar ainda funcionava em meados do século passado (Fig. 46 e 47).



Fig. 47 – Azenha da Laje. Implantação. Fonte: adaptado de Google Earth (2021); desenho de M. Tereno.



Figs. 48 e 49 – Azenha da Laje. Fonte: M. Tereno (2004).

O edifício perdeu completamente o reboco que em tempos o revestiu, deixando à vista o tom ocre da alvenaria de pedra (Figs. 48 a 51). A construção orientada na sua maior dimensão, segundo o eixo norte/sul apresenta planta retangular com cerca de 36 m por 14 m de largura e tem anexa a casa do monge que tinha a responsabilidade do funcionamento da azenha.



Figs. 50 e 51 – Azenha da Laje. Fonte: M. Pereira (2020).

O conjunto encontra-se abandonado. O edifício da azenha está em muito mau estado de conservação.

Granja de Turquel

A vila de Turquel situa-se ao longo do eixo Alcobaça/Rio Maior, desenvolve-se longitudinalmente numa extensão de cerca de 1 km, no sentido norte/sul, a cerca de 10 km a sul de Alcobaça (Fig. 52). Pela posição geográfica era um local de passagem muito frequentado na época, onde os habitantes consideravam como “*um lugar muito caminheiro*” (Gonçalves, 1989:384).

A delimitação das paróquias de Alcobaça ocorre em finais do século XIII: “...A divisão e delimitação das paróquias de Alcobaça só tem lugar em 1296. É o



Fig. 52 – Granja de Turquel. Localização. Fonte: adaptado de Google Earth (2021).

Bispo João Martins Soalhães quem manda proceder a essa delimitação, através do seu procurador Afonso Pais, que é encarregado de ir ao Couto fazer a delimitação. São cinco as que foram então delimitadas: Aljubarrota, que engloba a Cella Nova, o Bárrio, Turquel, Évora e Carvalhal dos Vilãos...” (Barbosa, 1992:119). A de Turquel está incluída no conjunto das cinco primeiras paróquias, sendo uma das mais antigas. Ainda de acordo com o mesmo autor, a granja de Turquel remonta ao início do segundo quartel do século XII, porque: “...*Se aceitarmos como autêntica a carta já referida, de Honório III introduzida a informação de Gregório IX, teremos as seguintes granjas em 1227: Chaqueda, Jardim, Mesão Frio, Mamondo, Turquel, Almofala [...] e Ferraria de D. Daiz...*” (Barbosa, 1992:141).

Encontra-se, também, referência à granja de Turquel, em 1352, na carta de povoação atribuída referida por Frei Manoel dos Santos (Santos, 1710). Natividade transcreve a cópia da carta de povoação: “...*que pelo Real Mosteiro d’Alcobaça foi dado a esta Villa de Turquel antes do foral d’ella, no anno de 1352, traduzida à letra do seu original latino, que se acha no cartório do mesmo Real Mosteiro, no Livro VI, que he dos Dourados, fol.1 et sequent. A referência surge quando procedem à delimitação dos territórios da responsabilidade da Vila de Turquel “Portanto nós, Frey Pedro Abbade da Congregação do Mosteiro d’Alcobaça queremos se faça conhecido dos presentes e futuros que virem as presentes letras, que de commum consentimento umas certas nossas terras proprias no circuido da nossa Granja de Turquel...”*” (Natividade, 1885:70 e 73).

Posteriormente, o rei D. Manuel I concedeu foral novo, à vila de Turquel, em 1512. A par da de Santa Catarina, era das mais significativas que se situavam a sul de Alcobaça. Na descrição do Padre António Carvalho da Costa Turquel é descrita como um local situado a: “...*Duas legoas de Alcobaça para a parte do Sul tem seu aflento a Villa de Turquel, a qual he muyto antiga, & lhe deo foral El Rei D. Afonso Henriques. Tem duzentos vizinhos com huma Igreja Paroquial dedicada a N. Senhora da Conceyçãõ, Vigayraria da que apresenta o Geral dos Frades de Alcobaça duas Ermidas. O seu termo he fértil de paõ, vinho, frutas, gado, &*

caça...” (Costa, 1712:143). Esta descrição permite ter uma visão do que era a dimensão da vila, em 1712.

A granja de Turquel é referida por Gonçalves (1989), que no início do século XIV, seria habitada pelo mestre da granja e por monges e irmãos conversos que guardavam os rebanhos e cultivavam os terrenos, em paridade com os moradores daquela povoação. A granja dispunha de lagar de vinho e forno de pão.

A importância que as granjas tiveram no desenvolvimento agrícola do território é inegável e na altura consideravam-se que desempenhavam o papel de verdadeiras “escolas agrícolas” (Souza, 1929). Para o bom funcionamento das granjas, os monges criaram regras muito específicas de comportamento para os irmãos conversos, nomeadamente guardarem silêncio durante a execução dos trabalhos, com exceção das trocas de informação, no que respeitava à boa execução das tarefas respetivas (Nascimento, M., 1885).

A granja, referida na carta de povoação da vila de Turquel (Fig. 53), remonta ao século XIII e situa-se a sul e mais alta do mesmo núcleo urbano (Ribeiro, 1908). Em Diário do Governo, nº 61, 11 de março de 1836⁷, são descritas diversas estruturas que terão pertencido à granja de Turquel: “...624 - Lagar de azeite com oito varas, e quatro caldeiras com algumas das varas arruinadas, situado em um baldio no sitio da Alagôa, limite de Turquel [...] 250\$000. 625 - Outro, lagar de azeite com quatro Varas, e duas caldeiras, na Villa deTurquel; tem uma terra em circumferencia, com algumas oliveiras: confronta do norte com serventia publica, e Francisco Delgado; sul e nascente com fazendas do Fidalgo de Alcobaça, e José da Rosa; e poente com o rio, e o mesmo Fidalgo. [...] 200\$000. 626 - Casa que servia de celleiro, na mesma Villa, a qual consta de lagar de vinho, adega, armazém de azeite com quatro pipas e tres potes, cavallariça, e palheiros tudo pegado: confronta do norte com Francisco de Almeida; sul, nascente, e poente com ruas publicas [...] 150\$000. 627 - Dita com dous fornos, na mesma



Fig. 53 – Granja de Turquel. Fonte: adaptado de Google Earth (2021); desenho de M. Tereno.

⁷ Realizado no dia 25 de Abril proximo futuro. Mosteiro de Santa Maria, da Ordem de S. Bernardo, em Alcobaça.



Figs. 54 e 55 – Granja de Turquel. Fonte: M. Tereno (2004).

Villa, que confronta por todos os lados com ruas publicas [...] 30\$000. 628 - Dita com uma lagariça para espremer uva, sita no casal dos Freires, termo de Turquel e confronta pelo norte com Joaquim Machado, sul com Joaquim Rodrigues, nascente com herdeiros de Antonio Camello [...] 24\$000... ”.

A antiguidade da granja, associada ao desenvolvimento da povoação e transformações decorrentes, não permitiu encontrar um conjunto coeso de edifícios definidor da granja. No entanto, foram identificados alguns edifícios, assinalados em planta, que pelas características e posição, poder-se-á admitir terem pertencido à granja de Turquel. Situaam-se ao longo de um eixo, definido pelas ruas do Lagar, da Neta e do Capitão G. Mendes, orientados a nascente/poente e muito próximo do largo principal da vila, o do Pelourinho.



Figs. 56 e 57 – Granja de Turquel. Fonte: M. Tereno (2020).

Na rua do Lagar, existe um edifício que teve essas funções assinalado como Lagar da Vila, que se encontra num estado de degradação muito avançado (Figs. 56, 57, 58 e 59). É possível que possa estar edificado no local do antigo lagar da granja. Adjacente ao largo do Pelourinho, na rua do Relego, poderá ter existido um edifício que não foi possível identificar, com as funções de armazenagem do imposto sobre o vinho (Gonçalves, 1989) (Figs. 54 a 57).

Paralelamente a esta rua, na rua Detrás do Relego, identificou-se um edifício de assinaláveis dimensões e construção muito sólida, que nos foi dito ter sido o antigo celeiro: “...Por sua vez, aos celeiros de Évora e Turquel convergiam as rendas realizadas adentro dos termos das respectivas povoações...” (Gonçalves, 1989:306), ou, noutra interpretação, um pequeno hospital dos frades (devido aos bons ares que



Figs. 58 e 59 –
Lagar de Turquel.
Fonte: M. Pereira
(2020).

poderia desfrutar). A fachada norte do edifício situa-se na rua Capitão G. Mendes, pertencente ao eixo já mencionado, tem adjacentes, edifícios que poderão pertencer, com alguma probabilidade, à antiga granja.

Quinta da Granja

Situa-se a cerca de 1 km a norte da vila de Turquel, distando de Alcobaça para sul, cerca de 8 km, com um enquadramento paisagístico interessante, a uma cota altimétrica de 188 m (Fig. 60). O conjunto construído é composto por edifícios articulados em torno de um espaço aberto, de forma poligonal irregular que configura uma pequena praceta.



Fig. 60 – **Quinta da Granja.** Localização. Fonte: adaptado de Google Earth (2021).

No espaço envolvente à antiga quinta, conseguem observar-se vestígios do que foram as culturas que dominavam, testemunhos da antiga olivicultura e de pomares, que se desenvolviam nas encostas da serra dos Candeeiros.

A quinta da Granja foi adquirida pelos monges cistercienses, em finais do século XVIII: “...A Quinta adquiriram-na os frades muito posteriormente...”. Encontra-se: “...No livro do tomo d’esta igreja há referencias ao castelhano que vendeu a Quinta da Granja. Nos annos de 1775 e seguintes pertencia ella, e a Quinta das Pedras tambem, ao cônego Pedro da Cunha e Mendonça. Nos fins do século XVIII era já dos frades, pois acho menção do seu administrador em 1799, Frei Francisco das Chagas, religioso de S. Bernardo...” (Ribeiro, 1908:84).

No Inventário de Extinção do Mosteiro de Alcobaça é feita a referência a esta quinta: “...Uma quinta chamada da Granja suburbio de Turquel, que consta de casa, uma capela, lagar de azeite com armazém do mesmo, terra de semear, olival, e pomar, que parte do norte com Joaquim Alves, João Pereira, outros, sul com baldio e Manuel José Ribeiro e outros, Nascente, e Poente com caminhos do concelho...”⁸. Em Diário do Governo 11 de março de 1836, referente à Arrematação perante o Governador Civil do Districto de Leiria, a quinta é descrita no: “...n.º 622 - Quinta chamada da Granja, no suburbio de Turquel: consta de casas, uma capella, lagar de azeite com armazém, terra de semear, olival, e pomar: confronta pelo norte com Joaquim Alves, João Pereira, e outros; sul com baldio, Manoel José Ribeiro, e outros; e poente com caminho do Concelho [...] 370\$000...”⁹.

Os edificios que constituem este conjunto serão descritos de forma individualizada, com base numa visita realizada em 2005. Os de habitação e antigo lagar serão designados respetivamente por (A) e (B) na figura anexa (Fig. 61).

O edificio de habitação (A), de planta retangular, apresenta dois pisos, a que foram anexados outros edificios de menores dimensões de um piso e cujas funções poderão ter sido de armazenagem.



Fig. 61 – Quinta da Granja. Implantação: A- Edifício de Habitação, B - Antigo Lagar. Fonte: adaptado de Google Earth (2021); desenho de M. Tereno.

⁸ PT-MF-DGFP-E-001-00005_c00039.JPG.

⁹ Diário do Governo 11 de Março de 1836, realizado no dia 25 de Abril proximo futuro. Mosteiro de Santa Maria, da Ordem de S. Bernardo, em Alcobaça.

A tipologia interna do edifício é definida por um corredor central, para onde se abrem todos os vãos das diversas divisões que o constituem, tanto ao nível do primeiro como do segundo piso.

No piso térreo encontraram-se diversos espaços de características diferenciadas, tais como uma cozinha, uma sala de grandes dimensões, que deve ter servido como refeitório, despensa e algumas arrecadações. Parece ter havido alguma continuidade nas funções desde o tempo em que foi ocupado pelos monges e, posteriormente, por particulares que, de acordo com Ribeiro (1908), o proprietário da quinta nos inícios do século XX, foi o Eng.º Agrónomo José Pedro Saldanha Oliveira e Souza, autor de uma obra já citada, respeitante aos Coutos de Alcobaça.



Figs. 62 e 63 – Quinta da Granja.
Fonte: M. Tereno (2001).

Quanto aos espaços do primeiro piso, sucedem-se diversas dependências, que pode supor-se terem sido aposentos dos monges que trabalhavam na quinta. Em finais do século XX, foram ocupados por escritórios da empresa que a adquiriu.

De traça antiga, que pode remontar ao século XVIII, altura em que a quinta passou para a posse dos monges de Alcobaça, teve alterações introduzidas com o objetivo de adequar às necessidades dos sucessivos ocupantes (Figs. 62 e 63).

Relativamente aos alçados do edifício, o primeiro que se oferece à apreciação de quem entra na quinta, é o alçado poente de arquitetura muito simples, onde se rasga, no piso térreo, um vão de características interessantes, com verga em arcos contracurvados, motivo que foi copiado e utilizado num vão no mesmo

piso, e ainda num pequeno edifício que se situa adjacente a este. Como se referiu, existem duas portas no piso, e no primeiro, encontram-se dois vãos correspondentes a janelas, retangulares, verticais e uma porta de acesso ao interior por uma escada adossada ao edifício com três pequenos patamares.

No alçado sul existe um acesso ao edifício, feito através de uma escada de patamares de calcário, coberta por um alpendre de construção recente (talvez em substituição de um preexistente), sustentado por arcos de volta perfeita. No primeiro piso, na base da escada, existe uma porta, de aspeto bastante mais antigo, pertencente, possivelmente, a uma construção anterior. Este alçado não apresenta aspetos de maior interesse, desenvolvendo-se com vãos nos dois pisos e também um outro aberto no sótão.

O alçado norte apresenta um eixo de simetria central, com um vão no piso térreo, dois no primeiro piso e um no sótão.

De maior interesse compositivo é o alçado nascente, com uma simetria quase perfeita no piso térreo, com duas portas e quatro janelas. No primeiro piso, existem quatro janelas distanciadas, havendo um espaço central de maiores dimensões a que se seguem outras três com menor espaçamento. Todos os vãos do edifício, portas e janelas, são emoldurados por cantaria simples de calcário.

O edifício é coberto por telhado de duas águas, em telha Marselha, que não seria contemporâneo do revestimento original, se tivermos em conta alguns vestígios de um muro, encimados por telhas de canudo de aspeto muito antigo.

O estado geral deste edifício era razoável, visto estarem à época da descrição (2005) a decorrer obras de adaptação, tendo sido realizadas algumas de conservação.

Edifício do lagar de azeite (B): sofreu profundas transformações, com vista a ser adaptado às funções de armazém de material de construção e de maquinaria pesada, necessidades definidas pela empresa de construção civil que adquiriu o conjunto. Todo o interior foi esvaziado das mós do antigo lagar, que se encontravam disseminadas pelo espaço fronteiro ao lagar.

Trata-se de um edifício de apenas um piso, com planta predominantemente retangular constituída por alguns recortes, correspondentes aos diversos volumes que o constituem. Encontrou-se em Molianos, localidade situada a cerca de 9 km a nordeste de Turquel, um edifício de características muito semelhantes, que se julga ter tido a mesma utilização.

O acesso faz-se através do alçado norte onde existe um alpendre de dimensões adequadas, que abrange cerca de dois terços do mesmo. Existem quatro vãos/portas de dimensões diferenciadas e três vãos/janelas retangulares verticais. Para vencer o desnível do terreno, o edifício está assente numa plataforma à qual se tem acesso por uma pequena escada de três degraus. O alçado sul apresenta saliências e reentrâncias, correspondentes a quatro corpos, que constituem o alçado posterior do edifício.

Em três destes corpos existem janelas retangulares. Neste alçado é notória a adaptação do edifício ao terreno. Os alçados, nascente e poente são, em termos compositivos, pouco relevantes.

O edifício era coberto por telhado de duas águas, revestido por telha Marselha, que certamente não foi o revestimento original. O telhado era suportado por asnas de madeira, muitas das quais primitivas, de grandes dimensões. O espaço interior foi completamente adulterado. Apesar do aspeto, ainda se podiam ver as traves de madeira, que sustentavam as mós, assim como os respetivos lugares. No início do século XX, existia como lagar, tendo em conta uma fotografia que documenta este facto (Natividade, s/d).

O estado de conservação deste edifício era tal como no anterior, bastante razoável, visto que estavam a decorrer obras de adaptação do mesmo (Figs. 64 e 65).

Anexo ao edifício, estavam os restos de um outro, de pouco interesse, que não se sabe qual seria a função que teria desempenhado à época da sua utilização pelos monges de Alcobaça.



Figs.64 e 65 – Quinta da Granja. Fonte: M. Pereira (2020).

Com o objetivo de analisar e registar o que existe do património rural cisterciense, efetuou-se o estudo da possível implantação da antiga granja de Turquel assim como levantamento aproximado da Quinta da Granja. Os edifícios que se supõe terem pertencido à antiga granja encontram-se em estados de conservação díspares, por terem tido proprietários diferentes, ao longo do tempo. O estudo dos edifícios que se presume que pertenceriam a esta granja será objeto de estudo posterior para confirmação desta hipótese.

A quinta da Granja tem beneficiado de obras de recuperação e adaptação aos usos para que foi adquirida, mas salienta-se que do conjunto antigo do século XVIII, resta muito pouco. O que se mantém encontra-se muito descaracterizado. Numa visita ao exterior em 2020, verificou-se que todo o conjunto foi comprado por um particular, que aparenta ter sido convertido em residência, impossibilitando a sua observação no interior.

Quinta da Granja em Fervença

Situa-se a cerca de 1,5 km a norte de Alcobaça, na estrada de Maiorga a Pataias (Fig. 66). O conjunto edificado que a constitui localiza-se em terrenos planos, em tempos alagadiços e que atualmente continuam a ser férteis. Na obra do Padre António



Fig. 66 – Quinta da Granja em Fervença. Localização. Fonte: adaptado de Google Earth (2021).



Fig. 67 – Quinta da Granja em Fervença. Implantação. Fonte: adaptado de Google Earth (2021); desenho de M. Tereno.

Costa as quintas do mosteiro que se encontravam nesta região eram várias, de que se salienta a quinta da granja de Maiorga: “...*Tem esta Villa as seguintes quintas; a do Paul com sua herdade grande, que fica para o Norte; a quinta dos Pinheyros, que fica para o Poente, e, com huma Ermida de N. Senhora do Rosário: quinta da Esperança, que tem huma Ermida de S. Payo; a quinta da Torre, que fica para o Poente, a qual he dos Religiosos de Alcobaça, & tem hua Ermida de N. Senhora da Piedade: a quinta das Cidreyras junto à Villa, que fica em hum alto para o Nascente; & a quinta da Granja junto ao caminho que vay de Alcobaça à parte do Nascente...*” (Costa, 1712:134).

A orientação predominante do conjunto é norte/sul (Fig. 67). A casa da antiga quinta, pela sua implantação, não passa despercebida a quem percorre a rua Professor Adelino Rodrigues da Costa, porque está quase isolada, existindo do lado direito um pequeno conjunto de construções anexas de qualidade arquitetónica menor (Figs. 68 a 71). Todo o terreno envolvente a esta quinta sofreu escavações em 2010/13 aquando das terraplanagens para a construção de rede viária. Foram postos a descoberto vestí-



Figs. 68 e 69 – Quinta da Granja em Fervença. Fonte: M. Tereno (2004).



Figs. 70 e 71 – Quinta da Granja em Fervença. Fonte: M. Tereno (2020).

gios vários de povoamentos que ocorreram na Estremadura na Alta Idade Média, realizados pela equipa liderada por Gonçalo Lopes e João Abreu da empresa Crivarque.

Lagar da Ataíja de Cima

A povoação da Ataíja de Cima, pertencente à freguesia de S. Vicente de Aljubarrota e ao concelho de Alcobaça, que dista 14 km, é onde se situa o Lagar dos Frades. O acesso ao local, partindo de Alcobaça, faz-se pela estrada municipal n.º 553, conhecida por Antiga Estrada do Lagar dos Frades, transversal à Estrada Nacional n.º 1.

Foram instaladas nos coutos do Mosteiro de Alcobaça, várias edificações ligadas à produção agrícola e ao desenvolvimento do território, que integrando ou não as granjas, eram as estruturas de maior expressão com aquela finalidade.

Ataíja de Cima está localizada num terreno plano, a oeste da serra dos Candeeiros e que aparece como pano de fundo do edifício (Figs. 72 e 73).

Nas encostas da serra foram mandadas plantar oliveiras para aproveitamento dos terrenos menos férteis. Esta iniciativa deveu-se ao abade Fr. Manuel de Mendonça, primo do Marquês de Pombal, que trouxe para o Couto de Alcobaça o espírito renovador do marquês, que além de mandar proceder ao enxugo dos campos de Alfeizerão, Valado dos Frades e Maiorga, deu um grande impulso às plantações de extensos



Fig. 72 – Lagar da Ataíja de Cima. Localização. Fonte: adaptado de Google Earth (2021).



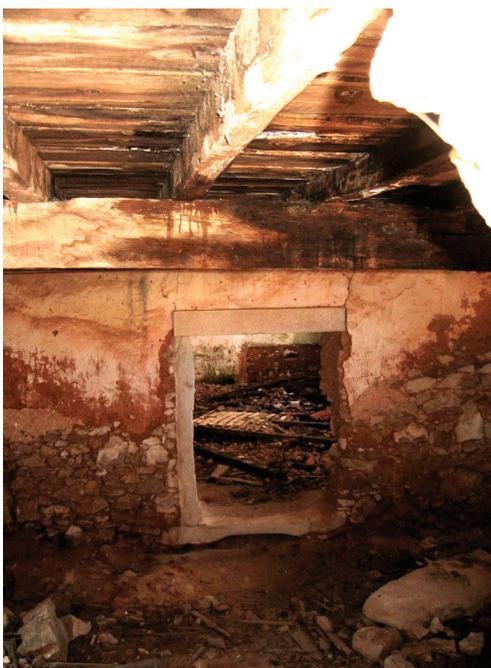
Fig. 73 – Lagar da Ataija de Cima. Implantação. Fonte: adaptado de Google Earth (2021); desenho de M. Tereno.

olivais, iniciada no século XVII (Figs. 72 e 73). Joaquim Vieira Natividade, citando Frei Manuel de Figueiredo, assinala: “...No logar das athaijas estavam muitas terras incultas, no total domínio do Mosteiro e este as doou ao Administrador das rendas destinadas ao Santíssimo Sacramento e o Administrador mandou aí plantar olival e fazer um lagar que aí se conserva...” (Natividade, s/d:89). Refere ainda, que havia uma demanda entre os frades e os povos da freguesia de S. Vicente, respeitantes aos tributos e de que havia uma inscrição no Arco da Memória: “...serviu aos monges de único argumento nessa demanda, foi por muito tempo ignorada devido ao remoto do logar...” (Natividade, J., s/d:93).

Devido à necessidade de proceder à elaboração dos bens fundamentais à subsistência, tais como o pão, o vinho e o azeite, tornou indispensável a existência de estruturas de produção adequadas e, por isso, o Mosteiro as disseminou pelas terras dos coutos. Os lagares de vinho eram em maior número do que os de azeite, não só em consequência das áreas plantadas, mas também porque os lagares de azeite, com apetrechamento mais complexo, eram mais dispendiosos (Gonçalves, 1989). A localização do lagar próximo da antiga Lagoa Ruiva (Fig. 73) devia obedecer aos requisitos exigidos por esta atividade e, segundo Natividade: “...Na zona serrana os lagares de azeite estão sempre junto a alguma lagoa, porque só aí têm água necessária para os diversos trabalhos...” (Natividade, J., s/d:94). Apesar de a energia utilizada ser usualmente a hidráulica, razão que apontava para a construção dos lagares próximo de ribeiras, não se pode excluir a energia animal, que parece ter também sido utilizada no lagar da Ataija, dadas as características da sua estrutura arquitetónica. Esta afirmação pode confirmar-se através da descrição de Natividade, respeitante às dependências do lagar, que incluíam estábulos com alguma dimensão (Natividade, 1944). A Lagoa Ruiva, próxima do lagar, foi aterrada e deu lugar a um campo de futebol, que data de 1959.

De antiguidade muito remota, a Ataija é, segundo Sequeira (1955), o local onde foi encontrado um espólio muito significativo da época do neolítico e de épocas poste-

riores. Não é fácil estabelecer a etimologia do termo Ataija. Natividade menciona Ataija, como proveniente da corrupção do antigo vocábulo *atá-hij*, até aí relacionada com o ponto de demarcação do grande olival dos frades (Natividade, M., 1885). O mesmo autor indica que “...*Atahija vem designada na doação do Castelo de Leiria sob o nome de Taigiam; também é referida nas doações de Alcobaca por Taicha...*” (Natividade, 1885:47). No *Diccionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, vem grafado o nome de Ataeija de Cima (Azevedo, 1906).



Figs. 74 e 75 – Lagar da Ataija de Cima.
Fonte: M. Tereno (2001).

Este conjunto surge descrito no Inventário de Extinção do Mosteiro de Alcobaca como: “...*Uma quinta chamada a da Ataija, que consta de casas altas, armazém, currais, e palheiros, lagar de azeite com oito navas, e quatro caldeiras com sua cerca, um nada de terra de semear, tudo pegado, no sítio da Alagoa da Ataija de Cima terreno de Aljubarrota, que parte do norte com o Coronel Raimundo Ve-ríssimo de Sousa, e do sul com a dita Alagoa, de nascente com Alexandre Francisco do mesmo lugar da Ataija, e do poente com estrada...*”¹⁰.

Bem próximo do lagar e no mesmo inventário encontra-se a descrição: “*Olival do sítio de Ataija de Cima [...] Um grande olival, no mesmo sítio da Ataija de Cima, com um forno de cal, um curral na serra, que parte do Norte com Tomás de Miranda das Chuças termo da Maiorga, e do sul com Joaquim dos Reis da Pedreira do Molliam no termo de Aljubarrota, nascente com serra, e do poente com entrada que vai para a Ataija de Baixo...*”¹¹.

Em Diário do Governo n.º 75 de 30 março de 1839, surge a descrição: “...*N.º 2732 Quinta chamada de Ataya, no sítio da Alagoa, termo de Aljubarrota: consta de casas altas, armazéns. Cur-*

¹⁰ PT-MF-DGFP-E-001-00005_c00038.JPG.

¹¹ *Idem*.



Fig. 76 – Lagar da Ataija de Cima. Fonte: M. Pereira (2020).

rais, palheiros, lagar de azeite com 8 varas, e quatro caldeiras, tendo uma cerca pegada, que consta de terra de semear, a qual é murada: confronta do norte o Coronel Verrisimo Raymundo de Sousa, sul com a Alagoa, nascente com Alexandre Francisco, e poente com estrada [...] 600\$000...”¹².

O edifício analisado (Figs. 74 a 76), situado no extremo sudeste da povoação, foi considerado de interesse público, definido pelo Dec. Lei n.º 67/97 de 31 de Dez., que o caracteriza nos seguintes termos: “...*Casa do Monge lagareiro, também denominada “Lagar dos Frades” na estrada municipal n.º 553, junto à Ataija de Cima (Antiga estrada do Lagar dos Frades), freguesia de S. Vicente de Aljubarrota...*”.

Do conjunto que constituía esta estrutura, o lagar e a casa do monge lagareiro, só são visíveis os restos do edifício de habitação. O tempo e a desatenção encarregaram-se de apagar os vestígios do que foi considerado um lagar-modelo, à época da sua construção, que se admite situada no início do século XVIII.

O terreno onde se encontram implantadas as ruínas da casa do monge lagareiro tem forma retangular e mede cerca de 96 m x 60 m, com uma área um pouco superior a meio hectare.

¹² Diário do Governo n.º 75 de 30 Março de 1839, Lista 496 - Arrematação perante a Junta do Crédito Público no dia 4 de Maio próximo futuro, Districto de Leiria.

De planta retangular tem o alçado principal, que ainda ostenta o brasão de armas do Mosteiro, orientado a sudeste. No primeiro piso observam-se, no seu interior, de difícil acesso devido ao estado de ruína, três espaços, sendo o primeiro, de menores dimensões o que permite o acesso à habitação. Este espaço comunica com duas dependências, de dimensões mais amplas, com forma sensivelmente quadrangular. O último destes espaços apresenta em redor da parede, a marca de pias de pedra, que serviam de depósito do azeite.

Julga-se de interesse recordar a descrição feita por Natividade do estado em que viu na sua infância, este lagar: “...*Nesta época constrói o Mosteiro o lagar-modelo da Ataija, hoje em ruína. Ainda o conhecemos, há talvez trinta anos, tal qual o deixaram os monges. Dentro de uma cerca, na vizinhança da Lagoa Ruiva, erguia-se a vasta edificação com ampla alpendrada em cujas paredes se abriam, graciosamente, os nichos do pombal. Oito varas gigantescas, quatro de cada lado, peso contra peso, ocupavam o primeiro compartimento (21,80 m x 11,10 m). Seguia-se-lhe a casa dos moinhos (35,50 m x 9,50 m) com as tulhas para a azeitona, numerosas mas de pequenas divisões, em parte embebidas nas grossas paredes. Os estábulos ocupavam outro compartimento separado. Junto ao lagar, e voltada a nascente, levantava-se a residência do frade-lagareiro, na fachada da qual ainda hoje se vêem as armas do Mosteiro, de curioso desenho. No rés-do-chão deste corpo, guardava-se o azeite em grandes pias de pedra...*” (Natividade, s/d:70). De acordo com informação inserta na obra de Villa Nova, Joaquim Vieira Natividade nasceu em 1899 e lembra-se de ter visto o lagar ainda como tinha sido em tempo dos frades (Nova, 1995). Podemos inferir que este facto tenha ocorrido na primeira década do século XX. Passados trinta anos, quando descreve o local, assinala que este já se encontra em ruínas.

As dependências que dizem respeito ao lagar já não existem, apenas se encontram restos de paredes, galgas dispersas próximas do edifício, a atestar que, em tempos, houve ali um lagar. Acredita-se que deve ter continuado a servir as populações do local, porque se tal não tivesse acontecido, dado a exclausuração das ordens religiosas ter ocorrido em 1834, certamente não se teria mantido em tão boas condições, pelo menos até à primeira década do séc. XX, tal como foi mencionado por Natividade (1944).

Quanto aos estábulos, necessários ao funcionamento deste lagar, não se encontraram vestígios.

O primeiro piso, já descrito, encontra-se cheio de entulho proveniente da ruína dos pavimentos do piso superior, bem como do abatimento de alguns dos telhados. Todo o conjunto apresenta um lamentável estado de degradação. Não é possível o acesso ao piso superior, de que restam pequenos fragmentos do pavimento e a esca-da, está parcialmente destruída e coberta de vegetação.

A descrição constante do Inventário do Património Arquitectónico da DGEMN dá-nos uma ideia aproximada da distribuição dos espaços naquele piso: “...O 2º piso tem quarto de arrumos separado da cozinha, esta com lareira apoiada em mísulas

de aresta em bisel. Seguem-se duas salas, a última das quais tinha inicialmente 2 quartos junto à parede posterior; ao fundo, entrada para a latrina...”.

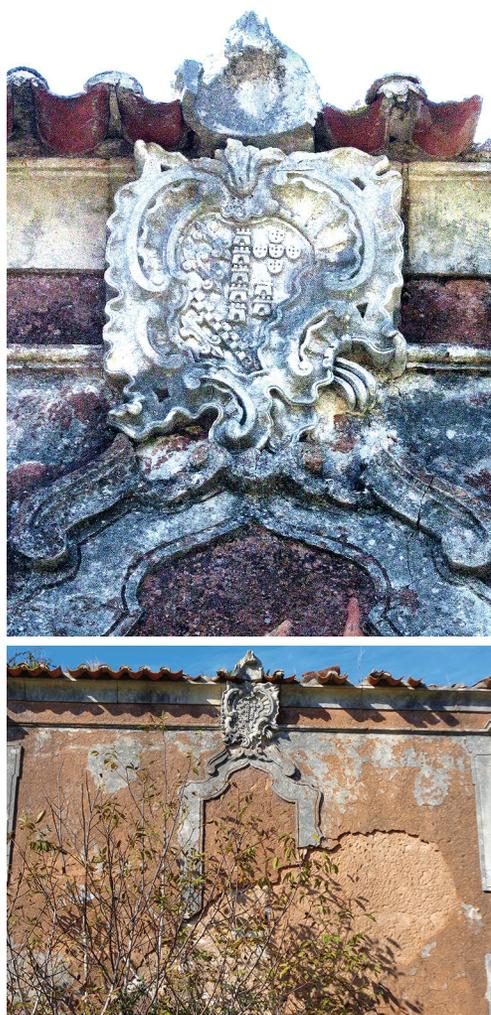
Consegue entrever-se pelos vazios existentes nos pavimentos, uma das divisões, que apresentava já a estrutura do telhado à vista e o interior em avançado estado de degradação.

O alçado principal, que ostenta as armas do Mosteiro, orientado a sueste, apresenta três corpos distintos, desenvolvendo-se segundo uma simetria central.

Este é definido por um janelão cego de dimensões apreciáveis, encimado pelo brasão de armas do Mosteiro de Alcobaça (Figs. 77 e 78). As cantarias aparentam ser todas em calcário da região. A marcação dos três corpos do edifício é materializada com pilastras em alvenaria, de cor clara, contrastando com a cor base dos corpos do edifício, de tonalidade rósea bastante acentuada. No corpo central, o mais interessante do conjunto, por apresentar um trabalho mais cuidado das cantarias que molduram as janelas, encontram-se, dispostos simetricamente no primeiro piso, duas janelas retangulares horizontais, com gradeamento em ferro, e cantaria simples de calcário.

Alinhadas com estas janelas encontram-se no piso superior duas janelas de desenho elaborado, com frontões de cantaria que remete para outras janelas, semelhantes encontradas na granja do Bário.

A cantaria dos vãos do piso superior apresenta trabalho decorativo, sendo simples as molduras dos óculos. O corpo, que se situa do lado direito deste alçado, apresenta uma abertura emparedada e encontra-se parcialmente em ruínas. Adjacente a ele deve ter-se situado outra dependência do edifício, como ainda se observa em restos de parede existentes, e que também se pode ver numa fotografia antiga inserta em obra citada (Natividade, 1944), onde se pode verificar que o estado de ruína não era tão pronunciado como atualmente.



Figs. 77 e 78 – Lagar da Ataija de Cima. Fonte: M. Tereno – em cima (2001), em baixo (2020).

O alçado orientado a sudoeste, apresenta um corpo lateral, em que se abre um vão em arco pleno, de alvenaria de tijolo, que foi parcialmente fechado pela parte interior com uma verga reta de cantaria, toscamente aparelhada, dando origem a uma porta ladeada por grandes pedras de calcário. Este alçado em muito mau estado de conservação tem a porta parcialmente obstruída com entulho, dificultando o acesso ao interior.

Orientada a noroeste depara-se com a marcação dos degraus da escada que dava acesso ao piso superior, que, como foi referido anteriormente, encontra-se muito destruída.

No alçado posterior da residência do monge lagareiro em avançado estado de degradação, observa-se na empena, a marcação de dois níveis diferentes das duas águas dos telhados pré-existentes. Era, possivelmente neste local, que se entroncava o antigo lagar e a atestá-lo, ainda se nota a localização dos prumos que amparavam o “coice” das quatro varas que aí se fixavam (Natividade, 1944).

O alçado nordeste está totalmente arruinado, não sendo possível conjecturar qual teria sido a sua forma.

Após a partida dos monges cistercienses, o lagar ficou devoluto, e em 1959, a Lagoa Ruiva foi entulhada para a edificação de um campo de futebol local, o “Estádio da Rã” e respetivas estruturas de apoio.

Todo o conjunto se encontra em preocupante estado de ruína. Todavia, o Lagar da Ataíja foi considerada como IIP - Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto n.º 67/97, DR, 1.ª série-B, n.º 301 de 31 dezembro 1997, anexo I, o que numa perspetiva otimista permite considerar que este património não seja destruído.

Quinta do Campo (Valado de Frades)

Situa-se aproximadamente a 4 km a sudeste da Nazaré e a cerca de 7 km a noroeste de Alcobaca na povoação de Valado dos Frades, na extremidade de uma península quase planáltica, delimitada a norte por um estrangulamento do rio Alcoa, unido à antiga Lagoa da Pederneira (Fig. 79).



Fig. 79 – Quinta do Campo (Valado de Frades). Localização.

Fonte: M. Tereno, base Google Earth (2021).

A Quinta do Campo, já era assim designada no século XVIII. Apresenta-se como um conjunto coeso e sem alterações muito pronunciadas desde a sua instituição no século XIII.

É a que permite uma visão mais próxima da obra realizada pelos monges cistercienses, porque os seus proprietários – encontra-se na mesma família quase desde a extinção das ordens religiosas, em 1834 – tiveram a preocupação de adequar, quanto possível, as estruturas existentes às suas necessidades e não apagar os vestígios da obra cisterciense. A par disso, cuidaram de conservar a documentação que lhes respeita e, através dela, pode-se avaliar as alterações realizadas desde 1782: “...*Autos do Tombo da Quinta do Campo, Treslado em pública forma dos autos de demarcação e medição da Quinta do Campo, e mais cinco Justificações a ellas juntas por linha*”, designação usada nesta data e a que nos foi permitido acesso. Sobre a Quinta do Campo, encontra-se no Inventário de Extinção do Mosteiro de Alcobaça a seguinte descrição: “...*Uma quinta chamada a do Campo, sita no lugar do Valado termo da vila de Alcobaça. Consta de casas nobres, capela, celeiros, adega, lagar de vinho, palheiros, comodos para gado de criação, tanto cavalar, como vacum, e tem um grande pátio e ao poente contiguo uma terra de semear murada toda pela parte de nascente, e com uma grande eira para a seca e debulha do grano, tendo ao pé três grandes a Ribamar ou Silheiros, que tudo parte do norte com serventia para a Ribeira sul com terras do campo da mesma quinta, nascente com a povoação do Valado, e poente com rendeiros de fora de couto do dito lugar...*”¹³.

Também o Diário do Governo de 14 de janeiro de 1836, nos transmite uma descrição pormenorizada desta quinta bem como da avaliação que foi realizada: “...*N. 434 Quinta chamada a do Campo, no Logar do Vallado: consta de casas nobres, capella, celleiros, adega, lagar de vinho, palheiros, commodos para gado de criação, tanto cavallar, como vacum: tem um grande pateo, e contiguo ao poente uma terra de sementeira murada toda pelo lado do nascente, e com uma grande eira, tendo ao pé tres grandes arribanas, ou telheiros: uma terra toda murada ao longo da estrada, sita no mesmo Logar, comprehende uma pequena casa, vinha, e arvores de fruto, chamada a Horta de Santo Antonio, a qual é pertença da dita quinta: as terras do Campo, que principiam ao nascente junto ás pontes da Piedade, ao pé da Villa da Maiorca, estendendo-se para o poente a confinar com as pontes da Barquinha, entestando com o caminho, que parte do norte com o rio que vem da Villa de Coz, e com vários confinantes do Logar do Vallado, e com Augusto Montanha Serrão, e sul com o rio da Abbadia, pertenças da dita quinta: um bocado de olival com uma capella, e defronte uma casa que serve de palheiro e residência do caseiro da Torre, com seu bocado de vinha chamada a da Torre, um bocado de matta de carvalhos com um pedaço de vinha contiguo chamada a Marmeleira, também unido á dita quinta, e pertença dela: uma terra de semear, um olival, matta de carvalhos, á que chamam. –*

¹³ PT-MF-DGFP-E-001-00005_c00018.JPG.

Almoinha=. além do rio da Abbadia para a parte do sul, pertença da dita quinta: uma vinha e olival novo chamada a Mouta: uma terra de lavoura chamada a do Bolinho, e um bocado de terra de lavoura chamada a Mouta do Saloio, que também são pertenças da quinta: um moinho de agua chamado a Azenha, que também lhe pertence; corno igual mente outro dito no sitio d'Aguas Bellas, chamado do Senhor dos Passos, que tem junto a si urna terra de semear; outro dito chamado do Engenho, que também tem junta uma terra de sementeira; e outro dito chamado do Pardo, com sua serrada de terra de sementeira, Avaliações tudo em [...] 42:600\$000..."¹⁴. Ainda em Diário de Governo, n.º 85, de 11 de abril de 1836¹⁵, se encontra o seguinte anúncio de obrigação de pagamento de foro: "...5 João de Brito Pereira Pinto Guedes Pacheco de Vilhena, vendo anunciado pela Commissao interina do Crédito Publico, na Lista 31., para venda no dia 12 de Abril do presente anno, a quinta chamada a do Campo, no lugar do Valado; pertencente ao Mosteiro de Santa Maria da Ordem de S. Bernardo em Alcoabaça, em que se comprehende as terras da Mnyerga, que pagam de foro á casa do annunciante em seis moios de trigo, sem que este encargo se declare, vem por isso fazer publico o mesmo encargo a fim de o arrematante ficar na intelligencia que lhe deve pagar o mesmo foro, para cujo fim já tem requerido à Commissào protestando pelo seu direito, a fim de continuar na mesma recepção..."

Esta quinta é de fundação bastante remota, pertencendo ao conjunto de granjas fundadas no século XIII. Sobre a localidade de Valado dos Frades, Azevedo (1906: 27) refere: "...Em 1840 pertencia esta F. ao conc.º da Pederneira, ext.¹⁰ pelo decreto de 24 de Outubro de 1855, pelo qual passou ao de Alcoabaça..." e "...Também parece não era ainda F. em 1758, pois não o encontramos como tal no D. G. M. Está situado o L. do Vallado 4 km a E.S.E. do Oceano e da V.^a da Pederneira. Dista de Alcoabaça 7 km para o N.º Comp.º esta F., além do dito L. de Vallado, o da Moita, o casal de Aguas Bellas e a q.ta do Campo..."

Valado dos Frades, não existia tal como a conhecemos atualmente. Desenvolveu-se a partir da implantação do caminho-de-ferro. O Dr. João Pedro Collares Pereira informou-nos em 2002 que, o seu bisavô aquando do traçado da linha de caminho-de-ferro que atravessava a sua propriedade, estabeleceu um acordo com a Companhia dos Caminhos-de-Ferro, trocando a indemnização da utilização dos terrenos, pela construção da estação ferroviária na sua propriedade. Com a crescente utilização da estação, foram sendo criadas infraestruturas que deram origem à povoação atual (Fig. 80).

A Quinta do Campo foi considerada, dentro do cômputo das granjas pertencentes ao Mosteiro de Alcoabaça, como uma das escolas agrícolas modelares (Natividade, 1944).

Pela dimensão do edificado, conclui-se que se tratava de uma granja com importância considerável nos coutos de Alcoabaça. Outro aspeto que terá contribuído para que fosse modelar, era o sistema hidráulico, que ainda se encontra em boas condições.

¹⁴ Diário do Governo, 14/1 /1836 - Lista 31.a. No dia 12 de Abril de 1836. Districto de Leiria. Mosteiro de Santa Maria, da Ordem de S. Bernardo, em Alcoabaça.

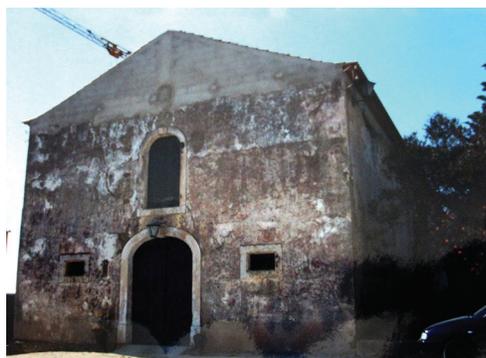
¹⁵ Diário do Governo, n.º 85 de 11 de Abril de 1836.



Fig. 80 – Quinta do Campo (Valado de Frades). Implantação. 1- Habitação, 2 - Adega, 3 -Armazéns, 4- Abegoaria, 5 - Estábulos, 6 - Antigo lugar de azeite. Fonte: adaptado de Google Earth (2021); desenho de M. Tereno.

Este conjunto, de construção bastante antiga corresponde, na maior parte, ao existente na data em que foi realizado o Tombo, a 4 de Março 1782, admitindo-se, de construção anterior a esta data.

Tem uma planta em U aberto a sudeste, inscrito num retângulo com 80 m de comprimento, por 48 m de largura, no interior do qual se encontra um pátio. Neste conjunto, que apresenta dois pisos, estavam instalados celeiros, cavaliariças, cozinhas, currais e palheiros, relacionados com a atividade desenvolvida na quinta (Figs. 82 a 84).



Figs. 81, 82 e 83 – Quinta do Campo (Valado de Frades). Fontes: à esq. – M. Tereno (2000); à dir. e em baixo – Quinta Do Campo@AQuintaDoCampo (2021).

De acordo com informação prestada pelo Dr. Collares Pereira, a aquisição da quinta foi feita pelo Sr. Dr. Manuel Yglésias cerca de 1834 (Pereira, 2002). A utilização deste conjunto reportada a meados do século XX, era a seguinte: o



edifício onde ainda se vê a adega no piso térreo era celeiro no primeiro piso, com funções que se presumem semelhantes às anteriormente adotadas. Na realidade, a adega ainda mantém um conjunto completo, com as pipas de acondicionamento dos vinhos, além de outra maquinaria relacionada com a viticultura.



Fig. 84 – **Quinta do Campo (Valado de Frades).**
 Fonte: M. Tereno (2000).

É um edifício em muito boas condições de conservação e que funciona, atualmente, como museu e sala para a realização de eventos sociais e culturais relacionados com a atividade para que a quinta foi e está vocacionada.

O edifício que remata o pátio é atualmente a casa de habitação, construída no lugar onde anteriormente se situavam as instalações dos monges e também a capela (Fig. 84).

Depois da extinção das ordens religiosas, em 1834, o conjunto que seria o pequeno mosteiro ou pelo menos, as casas de habitação dos monges e a capela caíram em ruínas, que foram consideradas pelo novo proprietário, quase impossíveis de recuperar. Esta razão determinou o arrasar do que restava desse conjunto, a terraplanagem do terreno, de modo a criar uma plataforma de maiores dimensões e construiu-se nesse local, o edifício destinado a habitação do proprietário, o que ocorreu em meados do século XIX.

O edifício de planta retangular de dois pisos tem dimensões assinaláveis e, em termos compositivos, apresenta nos alçados noroeste e sudeste um eixo de simetria central, definido pela porta principal de acesso e pela mansarda que remata o telhado.

Os “...*Autos do Tombo da Quinta do Campo, Treslado em pública forma dos autos de demarcação e medição da Quinta do Campo, e mais cinco Justificações a ellas juntas por linha...*”, datado de 1782 transmitem a ideia da implantação dos edifícios existentes naquela época.

O conjunto dos edifícios destinados a celeiro, encontram-se inscritos num retângulo com 69,3 m de comprimento e 59,6 m de largura e preenchem os lados, nascente, norte e poente do retângulo. Forma-se, no interior, um pátio pelo lado sul, com 45,75 m no lado norte, correspondente ao comprimento do retângulo e 49,5 m nos lados correspondentes à largura. O retângulo onde atualmente se inscrevem os edifícios, que parecem continuadores daqueles, mede 80 m de comprimento e 48 m de largura, tendo o pátio que lhe fica interior, em relação aos lados correspondentes 53 m e 38 m. As áreas edificadas ocupam, sensivelmente, 1 865 m², em 1782, e 1 826 m² na atualidade e os pátios têm, respetivamente, 2 265 m² e 2 014 m². Refere o documento citado anteriormente, que é no pátio, sem precisar o local, que se situavam as casas principais e a capela.

A noção transmitida pelo proprietário, de que a atual casa de habitação foi construída, em meados do século XIX, num terraplano onde se situavam aquelas

casas, leva-nos a admitir a hipótese apontada anteriormente para a sua localização. É em relação a estas casas, sem indicação de distâncias, que são dadas as medidas de um lagar de vinho, a nascente, de um celeiro e de um telheiro da eira, a poente. Não podendo determinar-se a correspondência com estruturas atuais indica-se uma possível implantação destas instalações, em planta anexa.

Do portão da quinta vislumbram-se os grandes tanques de cantaria de calcário, destinados ao armazenamento das águas pluviais, que integram o complexo sistema hidráulico que irrigava a antiga granja.

No presente, em 2005, foi considerada como - IIP - Imóvel de Interesse Público, pela Portaria n.º 1276/2005, DR, 2.ª série, n.º 243 de 21 dezembro 2005.

Todo o conjunto encontra-se em boas condições de conservação e as adaptações que foram necessárias introduzir para a utilização do espaço para turismo rural, procuraram não desvirtuar as características arquitetónicas do mesmo.

Quinta do Cidral

A quinta do Cidral, antiga granja do Mosteiro de Alcobaça, com cerca de 44 ha, localiza-se a 1,5 km a nordeste de Alcobaça, com acesso pela rua do Castelo (Fig. 85).

O Inventário de Extinção do Mosteiro de Alcobaça descreve o conjunto desta quinta da seguinte forma: “...*Quinta do Sidral - Uma quinta chamada a do Sidral [...] do lugar da Vestoaria termo de Alcobaça que se compõe de casas nobres com varanda, capela, adega, lagares de vinho e azeite, a [...] de currais e cavalições, pomares de caroço, e espinho, olivais, pinhais, e matos que toda parte do norte com estrada que vai para Maiorga, e [...] da viúva de Joaquim dos Reis Fernandes, Domingos Afonso Ramos e outros de Alcobaça, sul com estrada real, nascente com Branquiaria da Fábrica, Manuel Henriques Ferreiro de Alcobaça e outros, a poente com caminhos dos Poços, contendo também seus soutos de castanho...*”¹⁶. Descrição certamente baseada no inventário surge



Fig. 85 – Quinta do Cidral. Localização. Fonte: M. Tereno, base Google Earth (2021).

¹⁶ PT-MF-DGFP-E-001-00005_c00011.JPG a c00012.JPG.

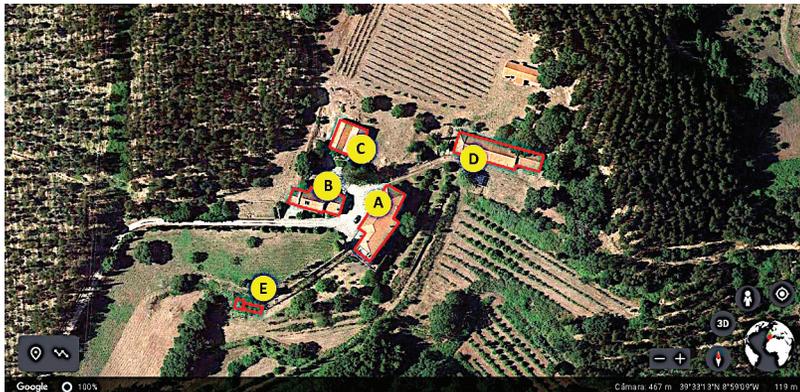


Fig. 86 – Quinta do Cidral. Implantação. A - Edifício de habitação, E - Mina de Água. Fonte: adaptado de Google Earth (2021); desenho de M. Tereno.

no Diário do Governo n.º 18 de 21 jan.1836 e que se transcreve: “..458 - *Quinta chamada do Cidral, no limite do Logar da Vestearia: compõe-se de casas nobres com varanda, capella, adegas, lagares de vinho e azeite, curraes, e cavallariças, pomares de caroço e espinho, olivae, pinhal, mattos, e souts de castanhos [...]* 4:800\$00..”¹⁷.

Acede-se por um portão e depois de percorridos cerca de 300 m chega-se ao núcleo construído situado numa zona elevada que configura uma plataforma. É constituído por vários edifícios (Fig. 86), cujo principal (A) de planta retangular com orientação noroeste/sudeste, mede cerca de 37 m de comprimento, considerando a dimensão global do mesmo, por 20 m de largura (Figs. 87 a 89). Próximo do edifício principal que é a habitação dos proprietários, encontra-se outro (B) de menores dimensões com planta retangular, orientado a nascente/poente, com 26 m de comprimento por 12 m de largura, constituído por três volumes e dista do primeiro edifício cerca de 12 m.



Figs. 87 e 88 – Quinta do Cidral. Casa da quinta. Fonte: M. Tereno (2020).

¹⁷ Diário do Governo n.º 18 de 21 Jan.1836.

Numa cota mais elevada situa-se outro edifício (C) constituído por dois volumes com planta quase quadrangular, orientado também a nascente/poente. A planta mede cerca de 15 m de comprimento por 14,5 m de largura, a cerca de 20 m do edifício principal.

Paralelamente ao edifício designado como (B), situa-se outro (D) que dista do primeiro (A), cerca de 70 m percorrendo o caminho de acesso. Também de planta retangular mede de comprimento cerca de 50 m e é constituído por dois volumes. A sua largura é de cerca de 15 m.

Seguindo pelo caminho fronteiro à casa de habitação e passados cerca de 200 m, surge um edifício (E) de menores dimensões, paralelo ao descrito anteriormente com planta retangular medindo 21 m de comprimento por 10 m de largura.

Descendo o caminho, próximo do edifício principal, em direção a sudeste, encontra-se a cerca de 80 m, uma mina de água de arquitetura singular (Fig. 90). Com orientação norte/sul, tem uma área coberta de planta retangular com cerca de 12 m por cerca de 5 m de largura. É composto por dois volumes. Na frente da mina situa-se um tanque com cerca de 5 m de comprimento por 4 m de largura. Nas proximidades, situam-se os socalcos onde os monges plantavam laranjeiras, prática que ainda se mantém.

Do conjunto de edifícios descritos, foi possível visitar o edifício de habitação, que apesar de ter sido alvo de muitas intervenções ao longo dos tempos, ainda conserva um armazém, que teve certamente a função de lagar e uma cozinha, cujo pavimento lageado é muito semelhante ao do Mosteiro de Alcobaça, pela dimensão das lages. Conserva ainda vestígios da antiga capela que surge descrita no inventário de extinção, com planta retangular de 8,5 m de comprimento por 4,5 m de largura. De elevado pé direito, do seu inteiror não se conserva nada, apenas a abóbada de berço que servia de cobertura. A capela está anexa ao edifício de habitação. O alçado principal deste edifício de dois pisos apresenta uma porta principal, quase situada a eixo do mesmo e uma outra, assim como cinco vãos no piso térreo, e no piso superior igualmente cinco vãos, sem correspondência aos do piso inferior, no caso dos situados do lado direito da porta principal. Próximo do cunhal do lado direito deste alçado, encontra-se uma escada de acesso ao piso superior.



Fig. 89 – **Quinta do Cidral.** Fonte: M. Pereira (2020).



Fig. 90 – **Quinta do Vimeiro. Mina de água.** Fonte: M. Pereira (2005).

O alçado orientado a sudeste está parcialmente coberto por vegetação, não deixando entrever a sua configuração. Salienta-se no piso mais elevado uma grande varanda, da qual se avista todo o vale e a cidade de Alcobaça, com particular incidência no seu mosteiro.

Apenas se pode descrever a mina de água, por não ter sido possível o acesso aos outros edifícios.

Constituída por dois volumes, um retangular de 6 m de comprimento por cerca de 4,5 m de largura, e outro de planta quadrangular de cerca de 5 m de lado. O retangular é de alvenaria de pedra irregular à vista, apresentando na parede orientada a nascente, um nicho. A cobertura é de uma água. O quadrangular é o mais interessante, contém no seu interior um arco abatido sobrepujado por uma cruz. Este arco dá acesso a um pequeno espaço onde se situam dois pequenos bancos de alvenaria e um vão que dá acesso à mina.

No espaço adjacente situam-se outros dois bancos laterais, também de alvenaria. O conjunto dos bancos encontram-se revestidos de pedra calcária. Existe uma caleira no pavimento que é revestido em lages de calcário. O teto é revestido em madeira e coberto por telhado de quatro águas.

Considerando que apenas se visitaram o edifício de habitação e a mina de água, pode afirmar-se que o estado de conservação é cuidado.

Quinta de Vale de Ventos

Encontra-se a cerca de 14 km, em linha reta, a sudeste de Alcobaça e, aproximadamente, a 4 km para este de Turquel, a cuja freguesia pertence (Fig. 91).

O acesso à propriedade faz-se tomando a estrada que segue para a localidade de Lagoa de Frei João, em direção à estrada que liga Rio Maior à Batalha, onde se localiza o portão de entrada.

Passado este, percorre-se um caminho de terra batida de aproximadamente 2,5 km, que atravessa um extenso olival e campos de cultura até um portão antigo que acusa as marcas da passagem do tempo e que limita o acesso à área edificada.



Fig. 91 – Quinta de Vale de Ventos. Localização. Fonte: adaptado de Google Earth (2021).

A Quinta de Vale de Ventos ocupa uma área de aproximadamente 300 ha na encosta oeste da serra de Candeeiros. Encontra-se as dimensões do perímetro desta quinta, na obra de Natividade (1920:141): “...*Nas terras de Alcobaça nunca existiu a grande propriedade. A terra esteve sempre nas mãos do cultivador e apenas as quintas que pertenciam ao Mosteiro, e só depois da saída dos monges passaram para o domínio particular, constituíam excepção a essa regra...*”.

Sobre as dimensões da propriedade, e para uma breve descrição do conjunto, atente-se à descrição de Souza (1929:135): “...*É enorme o olivedo; cobre uma vasta parte do sopé da Serra dos Candeeiros, e tem um bonito aspeto visto em conjunto. O olival, a capela, os lagares, os depósitos de água, denominados localmente pia do olival e pia da serra, as tulhas e o aviário, tudo é obra dos monges alcobacenses. Além do olival, possui a Quinta terras de pão e montado podendo dar pasto para rebanhos, cujo leite tem consumo ali...*”.

No Inventário de Extinção do Mosteiro de Alcobaça, esta quinta é descrita: “*Uma quinta chamada a de Vale de Ventos, que consta de casas altas, uma capela, lagar de desfazer azeitona com quatro vasas, duas caldeiras, armazem de azeite com mais de tres pias, os tanques, terra de semear, olival, vinha e pomar de caroço, que parte de todos os lados com charneca do concelho...*”¹⁸. No Diário do Governo, nº 92, 19/4/1836 esta quinta é descrita e avaliada¹⁹: “...*N. 287 Quinta chamada a de Vai de Ventos, na dita Villa; consta de casas altas, uma capella, lagar de azeite com quatro varas e duas caldeiras, armazém de azeites com vinte e tres pipas ou tanques, terra de sementeira, olival, vinha, e pomar de caroço; confronta de todos os lados com charneca do Concelho [...] 16:000\$000...*”. A descrição é bastante semelhante à que se encontra no Inventário de Extinção.

Esta propriedade, de configuração quase regular, prefigura um retângulo com o comprimento de cerca de 3 km e uma largura média de cerca de 1 km.

A descrição da quinta será feita com base numa visita efetuada em 2005, onde foi possível observar o conjunto edificado, algumas funções dos edifícios e o estado de conservação em que se encontravam. Posteriormente tentaram-se várias visitas sem êxito.

A quinta orienta-se, no conjunto da sua massa edificada, no sentido da sua maior dimensão a nordeste/sudoeste (Fig. 92). A propósito desta freguesia encontramos em Ribeiro, uma descrição bastante pormenorizada dos limites: “...*A freguesia de Turquel confina do norte com a de Santiago Maior de Évora; de oeste com as de S. Sebastião do Vimeiro e a sul com a da Benedita; e de leste com as das Alcobertas (Concelho de Rio Maior) e Armila (Concelho de Porto de Mós). Por esta parte tem ella um limite natural, – a serra de Albardas, também chamada dos Candeeiros, e às vezes das Alcovetas, de Vale-de-Ventos, de Armila, da Mendiga, etc., segundo as localidades com que defronta*” (Ribeiro, 1908:8).

¹⁸ PT-MF-DGFP-E-001-00005_c00039.JPG.

¹⁹ Diário do Governo, n.º 92, 19/4/1836. Lista 13/ Mosteiro de Santa Maria da Ordem de S. Bernardo em Alcobaça. Villa de Turquel, Districto de Leiria.



Fig. 92 – Quinta de Vale de Ventos. Implantação. 1- Habitação, 2- Armazéns, 3- Lagar de Vinho, 4 - Celeiro, 5- Capela., 6 - Armazéns. Fonte: adaptado de Google Earth (2021); desenho de M. Tereno.

Atravessado o portão que limita o acesso ao conjunto edificado, a atenção é dirigida frontalmente para a capela e para edifício de habitação, ficando o percurso ladeado por edifícios, cuja qualidade arquitetónica/construtiva é de menor expressividade.

Para a construção destas estruturas arquitetónicas que serviam de suporte à vida que se desenrolava nestes espaços, Cocheril refere que era fundamental a existência de edifícios de naturezas várias, dos quais se destacam dois tipos diferenciados de edificações: umas destinadas aos irmãos conversos, com cozinha, refeitório, calefatório, hospedaria e, por vezes, um oratório (no caso presente, uma capela); outras destinadas à atividade agrícola, com armazéns, estrebarias, ovis, moinhos, lagares, adegas e tudo que era indispensável a uma vida autónoma (Cocheril, 1989), (Barbosa, 1992) e (Lekay, 1987).



Fig. 93 – Quinta de Vale de Ventos. Fonte: M. Tereno (2005).

É um conjunto de edifícios de características heterogéneas que, parecem ter-se desenvolvido a partir de um núcleo de três edifícios de construção mais antiga, que serão designados em planta anexa com os números (1), (2) e (3) (Fig. 93).

O edifício n.º (1) – a habitação, fronteiro ao portão de acesso e a cerca de 100 m deste, destinado possivelmente a moradia do monge granjeiro que tinha a seu cargo, a gestão da quinta e os irmãos conversos vocacionados para o trabalho manual, surge como elemento estruturante deste conjunto, pois o edifício n.º (2) (armazéns) situa-se na sua perpendicular, no extremo noroeste e o edi-

fício n.º (3) (adega e lagar de vinho) parte do encontro dos anteriores, no sentido poente. Encostada ao extremo sudeste da fachada encontra-se a capela.

O alçado principal do edifício de habitação, de um só piso, com embasamento elevado, tem uma varanda, a todo o seu comprimento, à qual se acede por uma escada. Atualmente, para o lado esquerdo da porta observam-se três vãos retangulares verticais e apenas dois para o lado direito. A marcação de um eixo de simetria, assinalado pela porta e por um frontão semicircular existente no beiral do telhado evidencia a composição simétrica, regular, embora agora truncada, no extremo, pela capela.

Nas quintas, tal como nas granjas, situadas a uma distância considerável do mosteiro que dificultava a deslocação dos monges, irmãos conversos e outros trabalhadores, ao mosteiro para assistirem às cerimónias dominicais, eram construídas capelas. A distância da quinta relativamente ao mosteiro, cerca de 20 km, justificava a construção da capela. O alçado posterior deste edifício, orientado a nordeste, é de desenho bastante singelo, apresenta seis vãos retangulares verticais, igualmente distribuídos pela fachada. O espaço interior é organizado a partir de um corredor central de distribuição. Este edifício, com especial relevo para o seu interior, encontra-se em estado muito precário de conservação, constante em todos os edifícios e espaços envolventes. O edifício designado como n.º (2), adjacente no seu topo nascente, à intersecção dos edifícios antes descritos, tem dois pisos e era destinado a lagar e adega no piso térreo. Considerando o acesso ao piso superior feito por uma porta que abre para a varanda fronteira ao edifício de habitação, presume-se que, inicialmente, tenha sido uma extensão da habitação. Posteriormente, esta função deve ter sido abandonada, em virtude de ter sido construído o edifício n.º (6) – o celeiro, que ocupa uma parte significativa deste alçado, orientado a sul.

O edifício designado como n.º (3), situado na perpendicular ao descrito, é composto por dois pisos refletindo uma construção de carácter utilitário, que se supõe ter sido utilizado com a finalidade de armazenamento das alfaias agrícolas, não apresentando regras assinaláveis de composição e no pano de parede estes vãos surgem dispersos aleatoriamente.

No alçado orientado a noroeste e no piso superior, encontram-se dois vãos retangulares verticais, espaçados a distâncias e alturas díspares e uma porta a que uma escada exterior dá acesso. No extremo noroeste do alçado existe, no piso térreo, uma porta enquadrada por dois pequenos vãos retangulares verticais e está orientado a nascente, encontrando-se parcialmente coberto por vegetação o que dificulta o acesso ao mesmo e a sua descrição. Atualmente, o seu estado é muito degradado. O edifício designado como n.º (4) era o antigo celeiro (Fig. 94). No prolongamento do edifício de



Fig. 94 – **Quinta de Vale de Ventos**. Fonte: M. Tereno (2005).

habitação situa-se uma passagem em arco abatido, que teve dois pisos e que permite o acesso ao pátio interior, onde se localizam os edifícios cuja finalidade podemos supor que eram estábulos. Nesta passagem existe uma porta de acesso ao lagar e adega e uma abertura retangular. O seu estado é também, bastante degradado.



Fig. 95 – Quinta de Vale de Ventos.
Fonte: M. Tereno (2005).

Dos antigos tanques, que podem ser observados numa fotografia antiga, identifica-se apenas os vestígios de muros, parcialmente cobertos de silvas (*Rubus ulmifolius* Schott) o que dificultou a perceção das dimensões e das estruturas internas.

A planta, na escala de 1: 2 000 revela a dimensão muito significativa, dos dois tanques justapostos que constituem o conjunto (Fig. 95). De configuração quadrada, com cerca de 20 m de lado e 3 m de altura, tinham uma capacidade de armazenamento de água de cerca de 3 000 m³. Construídos a aproximadamente 800 m do conjunto edificado da quinta, em alvenaria de pedra com uma espessura de paredes muito apreciável, apresentam semelhanças marcantes com os tanques existentes na Antiga Granja de Valado de Frades, atual Quinta do Campo, sendo estes de menores dimensões.

Este tanque vem assinalado na Carta Militar (N.º 307) à escala de 1: 25 000, com a designação de Pia das Obras.

A este dos tanques, a cerca de 700 m e a uma cota de 310 m, cerca de 90 m acima da cota dos tanques, também referenciada na Carta Militar (N.º 307), com a designação de Pia da Serra, um outro tanque de menor dimensão, que se admite integrado no sistema hidráulico da quinta e situando-se entre duas linhas de água, estaria possivelmente mais relacionado com a captação de águas.

Segundo alguns autores, existia nesta da quinta uma construção, caso singular dentro das granjas e quintas analisadas, um apiário onde era produzido o melhor e mais claro mel de Portugal. Na impossibilidade de acesso e de apreciação desta construção reproduz-se a fotografia de Natividade (1944).

Não tendo sido permitido o acesso à quinta, pode-se apenas inferir que o estado de conservação dos edifícios continua em progressiva degradação.

Pela análise da imagem de satélite constata-se que o extenso olival de outrora, foi destruído e, nesse espaço foi instalado uma suinicultura. Este conjunto não se encontra protegido por legislação específica.

Quinta do Vimeiro

O Vimeiro situa-se a cerca de 11 km a sudoeste de Alcobaça, na estrada N8, que parte de Alcobaça em direção a Évora de Alcobaça (Fig. 96).

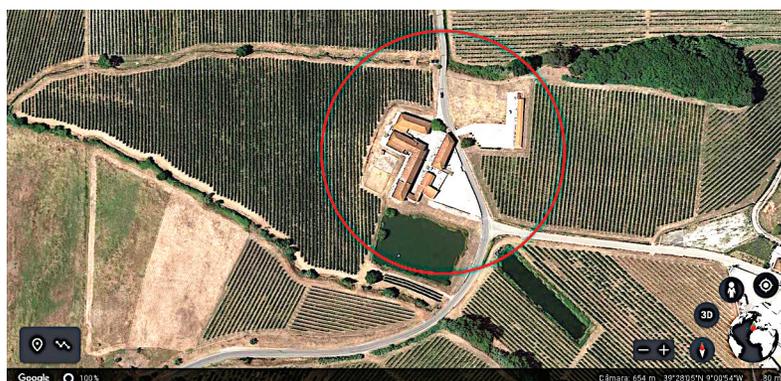


Fig. 96 – Quinta do Vimeiro. Localização. Fonte: adaptado de Google Earth (2021).

A povoação está situada ao longo de uma extensa planície cultivada e fértil, enquadrada por colinas arborizadas e retalhada por três linhas de água que desaguam nos rios Baça e Alfeizerão. A toponímia da povoação advém da palavra vime, os ramos compridos e flexíveis de uma espécie de salgueiro (*Salix spp.*), utilizado desde a antiguidade no fabrico de cestos e móveis. O nome está relacionado com a abundância de salgueiro que crescia nos terrenos pantanosos e nas margens dos ribeiros que inundavam as várzeas férteis da quinta do Vimeiro, nos quais os monges agrónomos implementaram extensos pomares de laranjeiras e limoeiros. Estes foram substituídos, à presente data, por vinha.

A quinta do Vimeiro situa-se próximo da povoação de mesmo nome. Segundo Frei Fortunato de S. Boaventura, esta granja existia em 1269, data em que por ordem do Bispo de Lisboa, D. João Martins Soalhães, se fez a delimitação dos coutos, entre eles esta granja que foi incluída na freguesia de Alvorinha (Marques, 1994). Também Natividade a situa nos meados do século XIII, no conjunto das granjas monásticas. Em tempos foi designada Quinta do Frade, onde funcionou uma importante escola agrícola com lagares de azeite e de vinho, adega e celeiro.

No âmbito produtivo, deve ter sido uma granja importante que, em conjunto com as granjas do Valado dos Frades (atual Quinta do Campo), de Turquel e de Maiorga, foi uma das grandes escolas agrícolas da Idade Média (Souza, 1929).

Na atualidade não são reconhecíveis vestígios das estruturas arquitetónicas da época medieval cisterciense e como refere Natividade é compreensível tendo em conta a renovação de algumas estruturas que se encontravam decadentes, determinada pelo Marquês de Pombal, que fez desaparecer os vestígios medievais. Por esse motivo os edifícios existentes remontam ao século XVIII (Natividade, 1944).

As estruturas que hoje se observam na quinta do Vimeiro sugerem que uma parte da primitiva granja pertencia a um único proprietário, até à data da exclausuração das ordens religiosas em 1834, o que justifica as suas dimensões.

A primitiva descrição da quinta é realizada em Diário do Governo, 20/5/1836²⁰ da seguinte forma: “...N.º 1140 - *Quinta do Vimeiro, no lugar do Vimeiro, termo d’Alcobaça; consta de casas nobres com Capella, celleiro, lagar d’azeite com duas varas e caldeira, adêga, lagar de vinho com cinco varas, palheiros, cavallariças, curraes, e casas de abegoaria; terras de lavoura, horta, vinha, pomar, olival com carvalhos, e matto, casa de pompal na cerca, forno, pateo [...] 8:000\$000...*”.

A descrição da quinta que se apresenta remonta a 2005, quando foi possível visitá-la.

O conjunto de edifícios, de apreciável dimensão, define-se num retângulo de 85 m x 65 m e o edifício de maior dimensão tem planta em L cujos lados medem 40 m x 60 m e tem de largura 18 m. A ala menor do edifício poderia estar afeta a habitação. Pelas suas características arquitetónicas, tratava-se de uma edificação (re)construída nos séculos XVII/XVIII; da fase medieval não se observaram quaisquer elementos.

Os lagares de azeite e vinho estão de há muito desativados e ainda conservam muitas peças do seu equipamento. Do lado esquerdo de quem entrava no recinto situavam-se no edifício principal da referida construção, armazéns e cavalariças.

Este conjunto apresenta uma parte considerável das características para a definição de uma quinta, que poderia ter também a designação de granja e que aparentemente diferia na dimensão do terreno envolvente. É constituída por uma grande casa de habitação de dois pisos, apresentando ainda celeiros, adegas, lagares e cavalariças (Gonçalves, 1989).

Por uma questão de clareza na descrição dos edifícios, a cada um deles atribuir-se-á uma letra (Fig. 97). Trata-se de um conjunto de vastas dimensões e pode considerar-se inserido num retângulo, de 85 m x 65 m que se integra na propriedade, primitivamen-



Fig. 97 – **Quinta do Vimeiro**. Implantação. A - Armazém, B - Alpendre, C - Habitação, D - Lagar, E - Arrecadações, F - Fontanário, G - Cavalariças. Fonte: adaptado de Google Earth (2021); desenho de M. Tereno.

²⁰ Diário do Governo, 20/5/1836. Lista 79. No dia 16 de Agosto de 1836, Districto de Leiria. Mosteiro de Santa Maria, da Ordem de S. Bernardo, em Alcobaça.

te cercada por um muro bastante alto, encimado por um gradeamento. Este era rematado por um portão, que se encontrava retirado do lugar, deixando livre o acesso à quinta.

O conjunto está orientado segundo o eixo nordeste/sudoeste. Do lado direito de quem entrava no recinto, situava-se um edifício (A) de dimensões substanciais, de planta retangular, com dois pisos, onde funcionaram atividades diferenciadas, deste a estabulação de animais ao armazenamento de alfaias agrícolas.

O rés-do-chão do edifício, atendendo às suas dimensões, funcionou como armazém de cereais ou de outro tipo, função que ainda conservava.

Os materiais de construção utilizados não diferiam muito, consoante a natureza do edifício onde eram empregues “...*A avaliarmos por aqueles que a documentação arquivou, estaríamos, quer na cidade quer no campo e na esmagadora maioria dos casos, perante um edifício de pedra e cal, coberto de telha, mas onde a madeira e a pregaria teriam, como é óbvio, um papel importante...*” (Gonçalves, 1989:113). De facto, os edifícios em análise são construídos em alvenaria de pedra, cujo telhado assenta numa estrutura de asnas de madeira apoiadas em vigas também de madeira, sendo as molduras das portas e janelas de pedra calcária e as caixilharias de madeira.

Assim, os vãos que vamos encontrar no piso térreo, alternavam com janelas retangulares, definidas por blocos de calcário e portões, também de molduras de calcário. Os lintéis eram em arcos abatidos.

O primeiro piso não apresentava pavimentos que, entretanto, tinham derrocado, pelo que o interior do edifício era amplo. Os vãos eram todos idênticos e retangulares, horizontais, com exceção dos vãos situados no alçado orientado a sudeste, em que os três vãos do primeiro piso eram retangulares, com o lado maior na vertical. No piso térreo, do lado esquerdo do edifício, situava-se uma porta, idêntica à que se situava à sua direita que foi parcialmente destruída, certamente para dar acesso às aos veículos que entravam no edifício. O alçado paralelo àquele que se descreveu apresentava três vãos retangulares, horizontais, distribuídos segundo um eixo de simetria, no primeiro piso, apresentando os mesmos vãos no térreo, com exceção da porta que se situava centralmente neste alçado. O alçado nordeste do edifício sugere, quando nos aproximamos do conjunto, o aspeto de uma fortaleza, com vãos apenas no primeiro piso, de natureza idêntica aos do alçado que lhe é paralelo.

Todo este conjunto se encontrava em avançado estado de degradação. A cobertura do edifício era feita com telhado de quatro águas, em telha tipo Marselha, assente numa estrutura de asnas, madres e varas. Era a parte melhor conservada do conjunto e atestava uma intervenção recente, motivada por um grande incêndio, que deflagrou há vários anos, afetando principalmente o edifício a que nos referimos e um outro que lhe é perpendicular.

A construção é feita em alvenaria de pedra rebocada e estucada, que em muitos locais já deixava observar a alvenaria de pedra. Este edifício liga-se ao principal de habitação, por uma construção (B) sem grande interesse arquitetónico, que funcionava como um alpendre. O edifício (C), que pode considerar-se como principal manti-

nha a função de habitação. É também um edifício de dois pisos, com a parte térrea reservada para funções diretamente relacionadas com as atividades agrícolas. O primeiro piso destinava-se a habitação, função que ainda se mantinha. De planta em L apresentava um corpo de dimensões maiores orientado na direção noroeste/sudeste, e o braço menor, orientado a nordeste/sudoeste. O alçado nordeste apresentava no piso térreo dois vãos geminados, em arcos abatidos e uma escada de acesso ao piso superior, de construção bastante mais recente do que o resto do edifício, desfigurando o alçado. No primeiro piso abrem-se cinco vãos: duas janelas e uma porta com ombreiras de calcário e duas janelas de menores dimensões, bastante mais recentes, contemporâneas da escada.

O alçado sudeste apresentava no piso térreo, seis grandes vãos retangulares, horizontais, e dois verticais e uma passagem coberta por abóbada de berço, que levava a dependências que serão descritas posteriormente, e uma porta de acesso a este piso. No piso superior, situava-se a habitação dos proprietários. O acesso fazia-se por uma escadaria de dois lanços de degraus, de dimensão mais elegante e que conduz a um alpendre (Fig. 98). Numa das bases dos pilares que sustentam o telhado encontrou-se a data de 1852 e a encimar um lintel dos vãos deste alpendre, a data de 1636.



Fig. 98 – **Quinta do Vimeiro**. Fonte: M. Tereno (2005).

Ainda neste piso rasgavam-se onze vãos, quatro dos quais são portas ou janelas, que abriam para quatro pequenas varandas de ferro forjado. As aberturas rasgadas nesta fachada estavam organizadas de uma forma assimétrica, uma vez que os quatro vãos que tinham varandas estavam mais próximos do início do edifício, do que os restantes.

No telhado, e próximo do alpendre situava-se um pequeno arco com uma sineta. Adjacente a este edifício encontrava-se uma construção (D) orientada a nordeste, sem grande relevância arquitetónica.

Não foi possível ter acesso à habitação, pelo que não se pôde descrever, o seu interior, e teve-se que se circunscrever às dependências situadas no piso térreo.

Encontra-se, através do acesso existente no alçado principal, um lagar de vinho, constituído por enormes tanques de pedra, de planta quadrangular e onde ainda estavam as cubas. A título de curiosidade pode-se referir a existência em tempos recuados de uma “cuba”, a Carantonha, de grandes dimensões e que o mosteiro emprestava aos colonos para aí guardarem os seus vinhos, como uma outra, nas adegas da abadia, também grande, conhecida por “Dona” (Gonçalves, 1994) e uma prensa. A cobertura era sustentada por grandes arcos abatidos, onde repousavam vigas de madeira encastradas nas paredes, dando origem a um espaço bastante amplo.

Ainda neste edifício, mas noutra dependência anexa, situava-se um lagar e um espaço destinado à guarda do azeite em depósitos. No piso térreo do alçado sudoeste, abriam-se dois pequenos vãos quadrados e no primeiro, uma varanda coberta e quatro vãos, com varandas à face da parede. Adjacente a este alçado encontrava-se um muro, bastante alto, quase destruído e que devia ser um dos limites da cerca da granja. O alçado noroeste, não apresentava interesse arquitetónico especial, mostrando vãos retangulares, verticais, disseminados, e sem aparente critério compositivo. No piso superior abriam-se um número significativo de vãos, alguns dos quais deram origem a uma varanda de sacada (Fig. 99).



Fig. 99 – **Quinta do Vimeiro**. Fonte: M. Pereira (2005).

Do lado esquerdo de quem entrava na quinta, situava-se um edifício (G), de planta retangular, com dois pisos e de grande dimensão, certamente de construção mais recente, talvez de finais do século XVIII ou de inícios do século seguinte.

O lado maior da planta encontra-se orientado segundo o eixo nordeste/sudoeste. O alçado noroeste apresentava regras de composição que se ordenavam em torno de um eixo de simetria central. Alternavam, nos dois pisos, vãos retangulares, verticais, com portões rematados por arcos abatidos, encimados no primeiro piso por óculos ou janelas rematadas superior e inferiormente por arcos abatidos. Tratava-se de uma composição mais cuidada e elegante, da que se encontra no resto do conjunto. Este edifício e o outro referido, foram atingidos por um grande incêndio, que deixou sequelas, onde as divisórias entre dependências desapareceram; restaram algumas paredes e um espaço, no topo do edifício. Podiam ver-se duas grandes manjedouras, que poderiam tratar-se de cavalariças. A cobertura era feita por telhado de quatro águas, cujo estado de conservação era razoável, contrariamente ao restante, que era bastante degradado.

Adjacente a este edifício encontrava-se um fontanário (F), de grande dimensão, que devia fazer parte do sistema hidráulico da quinta e nas proximidades situava-se o edifício (E) de um piso, que servia de arrecadação, coberto por um telhado de duas águas que dava acesso a um pátio de construção relativamente recente e sem grande interesse.

Este imóvel não se encontra classificado, apesar de em 1982 ter sido proposta a classificação do antigo conjunto rural monástico, pela Comissão Instaladora do Museu Nacional de Arte Antiga. Encontra-se integrado na listagem de imóveis e conjuntos edificados do inventário municipal do património.

Observa-se na planta, que a área de implantação dos edifícios é significativa e que correspondeu em tempos, a uma atividade agrícola de apreciável dimensão. A atividade decresceu substancialmente e, até ao início do século XXI quase se poderia



Figs. 100 e 101 – Quinta do Vimeiro. Fonte: M. Pereira (2015).

dizer que, além dos pomares ainda em exploração, já só se desenvolvia uma agricultura de subsistência para o pessoal que ainda trabalhava na quinta. Entretanto, com a aquisição por novos proprietários, todo o conjunto foi recuperado e na quinta foram substituídos os pomares, pela plantação de vinha.

O estado de conservação do conjunto é muito bom, visto ter sido alvo de recente reabilitação do conjunto da quinta (Figs. 100 e 101).

A Mata Nacional do Vimeiro com cerca de 270 ha que pertenceu a esta antiga granja é património do Estado, encontrando-se classificada como nacional, integrando quatro matas (Roda, Gaio, Ribeira e Canto).

B. ENQUADRAMENTO PAISAGÍSTICO DOS COUTOS DE ALCOBAÇA

A partir da consulta de variada bibliografia relativa às granjas cistercienses do Mosteiro de Alcobaça, apercebe-se que a origem de algumas delas é muito remota, porque desde a doação de D. Afonso Henriques a S. Bernardo, de terras de Alcobaça, até ao último monge, decorreram 700 anos (Natividade, 1942).

Nos finais do século XIV, os coutos cistercienses abrangiam, na fase da sua maior expansão, uma área superior a 44 460 ha, que compreendia três portos de mar e 14 vilas (Alcobaça, Aljubarrota, Alvorninha, S. Catarina, Turquel, S. Martinho do Porto, Salir de Matos, Évora de Alcobaça, Maiorga, Pederneira, Cela Nova, Alfeizarão, Cós e Paredes da Vitória) (Maduro, 2007), que ia desde o festo da serra de Candeeiros até ao oceano atlântico e o litoral, da região de Salir do Porto a Moel (Natividade, 1944).

Era provável que a paisagem dos coutos fosse diversificada, tendo em conta a geomorfologia, a hidrologia e as características edafo-climáticas, entre outros fatores, que permitiam a existência de manchas florestais nos festos e encostas, galerias ripícolas ao longo das linhas de água, pinhais em solos arenosos, vegetação herbácea nos pastos, culturas hortícolas e pomares em zonas planas ou pouco inclinadas.

A produção florestal foi muito importante para a sociedade da época, pois esta dependia da madeira, matéria-prima essencial para as construções de habitações e anexos, embarcações (pesca e armada), fabrico de instrumentos, alfaías agrícolas e vários misteres regionais, além da recolha de lenha e produção de carvão, entre outros. Segundo Maduro (2010), o uso e a intervenção nas florestas do Mosteiro eram regulados e controlados, o que permitiu, num período muito longo, manter o equilíbrio das matas, evitando os cortes indiscriminados de troncos e pernas e a coleta de cascas para curtumes. Também incitava o repovoamento de carvalhos-portugueses (*Quercus faginea* subsp. *broteroi* (Cout.) A. Camus), sobreiros (*Quercus suber* L.) e, a partir dos finais do século XVIII, de pinhais (*Pinus pinaster* Aiton, *P. pinea* L.) na orla marítima e no interior, para obtenção de madeira e energia.

No período medieval foram acontecendo, ao longo do tempo, sucessivas arroteias que alteraram o perímetro florestal, reduzindo, dividindo e conseqüentemente com o surgimento de grandes clareiras para a produção agrícola que, em alguns casos, foram construídos alguns casais, lugares e aldeias (Gonçalves, 1989).

No século XVIII, a atividade agrícola afetava de forma preocupante as florestas, alterando o equilíbrio ancestral, entre os campos cultivados e a vegetação natural. Este fato contribuiu para a situação precária, em que se encontrava a atividade silvo-pastoril devido à redução e ausência em algumas áreas, de pasto para os animais, para amplificar as áreas de olival orientadas pelo Mosteiro, no sopé e nas encostas da serra de Candeeiros (Natividade, s/d, e Boaventura, 1827).

Com o fim do Antigo Regime e a implantação de políticas liberais, os bens da coroa e da igreja foram convertidos em bens nacionais reservando para o Estado, as terras e os direitos que pertenciam aos antigos donos e que, posteriormente foram colocados em hasta pública (Maduro, 2010). De acordo com o mesmo autor, da malha florestal outrora pertencente aos coutos cistercienses destacam-se:

1 – As matas de carvalhos e sobreiros

Durante os séculos XVIII e XIX, as matas do Mosteiro de Alcobaça foram sujeitas, sistematicamente, a desflorestações para obtenção de madeira e desbravamento de terras, que dariam lugar às culturas de cereais e aos olivais (*Olea europaea* L.). Outra ocupariam a extensa planície na base da serra de Candeeiros e a maior área localizava-se no lugar do Gaio, no Vimeiro. As matas com 366,71 ha de área pertenciam à Quinta do Vimeiro e eram identificadas como as matas do Gaio, da Roda, da Ribeira e das Mestras ou Mestas (Natividade, s/d), dominadas por carvalho-português (*Quercus faginea* subsp. *broteroi*), com poucos sobreiros (*Quercus suber*) (Reis, 1961). A exceção ficava para a mata das Mestras em Santa Catarina, em que as duas espécies arbóreas estariam presentes em proporção semelhante (Maduro, 2010).

2 – Os soutos

Concentravam-se na Quinta do Cidral (Vestiaria), no Azevinhal e no Vale das Maias (Évora de Alcobaça) (Maduro, 2010) havendo, no entanto, alguns dispersos

noutras vilas dos coutos, entre eles, o de Vale de Ventos (Turquel) (Santos, 1710). As explorações em talhadia de soutos bravos estariam sob a administração da Confraria do Santíssimo Sacramento (Maduro, 2010). Provavelmente, muitos deles, terão desaparecido para dar lugar às plantações de oliveiras e árvores de fruto.

No início do século XX, ainda subsistiam alguns trechos de castanheiros (*Castanea sativa* Mill.) com loureiros (*Laurus nobilis* L.) em Turquel (Ribeiro, 1908) e em Castanheira (Cós), com árvores de grande porte (Maduro, 2010).

3 – Os pinhais

O pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) estaria distribuído por toda a região de Alcobaça, mantida e semeada, frequentemente pelos arrendatários, para obtenção de madeira e de frutos. Esta espécie teria desempenhado um papel importante na fixação das areias do litoral, protegendo as casas e a áreas agrícolas das invasões das areias e da salsugem, transportadas pelos ventos vindos do oceano Atlântico.

A maior mancha de pinhal pertenceria à Quinta do Campo, que era uma das maiores granjas monásticas dos coutos com 551 ha (S/A, 1861). Da povoação do Valado, abarcava uma área que iria da Piedade até Fanhais e da Moita até ao litoral, nas pontes da Barquinha, próximo de S. Martinho (Maduro, 2010).

Numa abordagem muito geral, tendo em conta a caracterização da região feita por Natividade: “...escalvada e árida, erguia-se ao nascente a serra dos Candeeiros; ao poente cobria o mar os campos do Valado e da Maiorga. Entre estes dois limites, apenas uma faixa estreita, selvosa, onde pequeninos ribeiros, raros e delgados fios de água, se escondem sob os silvedos para fugir, durante a canícula, ao beijo ardente e mortal do sol...” e “...Revestia as colinas essa vegetação espinhosa e agressiva, tão característica da flora mediterrânica-atlântica; charcos e pântanos cobririam então as veigas mais ricas...” (Natividade, 1942:19) e as herborizações efetuadas em algumas manchas de vegetação residual nos territórios dos coutos, foi possível esboçar a vegetação natural que poderia existir nos antigos coutos cistercienses.

Assim, os bosques revestiriam toda a superfície de um extremo ao outro do território, com diferenciação na composição florística, abundância e altura das espécies, conforme se encontravam em regiões húmidas ou secas. Seriam muito densos com vários estratos, dominados por espécies vegetais de folhas duras, coriáceas (esclerófilas) e sempre verdes durante todo o ano (perenifólias). Nos solos com maior espessura, as copas das árvores poderiam tocar-se e os sub-bosques com arbustos, trepadeiras e herbáceas, seriam dominados por espécies de sombra, em que a riqueza ou pobreza delas poderia variar de acordo com a continentalidade, uma vez que em zonas com microclimas secos estariam, praticamente ausentes. Se não fosse desbravado, a maior parte do território dos coutos do Mosteiro, estaria coberto por carvalhais puros ou mistos de carvalho-português (*Quercus faginea* subsp. *broteroi*), sobreirais (*Quercus suber*) e azinhais (*Quercus rotundifolia* Lam.). Associadas a estas formações

arbóreas, existiriam matagais e matos, com arbustos esclerófilos, tais como os carrascos (*Quercus coccifera* L.), sanguinhos-das-sebes (*Rhamnus alaternus* L.), aroeiras (*Pistacia lentiscus* L.), medronheiros (*Arbutus unedo* L.) e zambujeiros [*Olea europaea* var. *sylvestris* (Mill.) Lehr]. As espécies lauróides, entre eles, o folhado (*Viburnum tinus* L.), loureiro (*Laurus nobilis* L.) e urze-branca ou urze-arbórea (*Erica arborea* L.), cresceriam em mosaico com as caducifólias, sendo as mais comuns na região, os pilriteiros (*Crataegus monogyna* Jacq.), vários tipos de roseiras-bravas (*Rosa* spp.) e trepadeiras, como a salsaparrilha-bastarda (*Smilax aspera* L.) ou madressilva-entrelaçada (*Lonicera implexa* Aiton) e hera [*Hedera hibernica* (G. Kirchn.) Bean].

Ao longo dos rios e ribeiras e outras zonas onde o nível freático estaria próxima da superfície, estariam bosques ribeirinhos com as espécies arbóreas de folhas planas e caducas, tais como os freixiais (*Fraxinus angustifolia* Vahl), choupais (*Populus nigra* L., *P. alba* L.), amiais [*Alnus glutinosa* (L.) Gaertn.] e salgueirais arbóreo-arbustivos (*Salix* spp.), cujos sub-bosques poderia estar dominada por silvas (*Rubus ulmifolius* Schott).

1.2. Situação atual

De acordo com Marques (1994), na geomorfologia das regiões onde estão implantadas as granjas destaca-se o sopé da serra de Candeeiros (Ataíja-de-Cima e Vale de Ventos) e uma extensa planície sedimentar (Valado-dos-Frades) de onde sobressai um maciço (156 m) de origem vulcânica.

A partir da composição florística e análise da vegetação natural residual, na maioria com avançado estado de degradação, identificaram-se:

1 – Cercais ou carvalhais marcescentes de carvalho-português (*Quercus faginea* subsp. *broteroi*)

Constituíam a vegetação potencial do território dos antigos coutos de Alcobaça, com grande abundância de carvalho-português (*Quercus faginea* subsp. *broteroi*), loureiros (*Laurus nobilis*) em solos coluvionares, profundos, derivados de calcários do Jurássico (Costa *et al.*, 2010). Quando os solos são de natureza siliciosa, integram sobreiros (*Quercus suber*) que, em alguns casos, encontram-se em proporção um pouco inferior ao do carvalho-português (*Quercus faginea* subsp. *broteroi*). No sub-bosque crescem vários arbustos, tais como a alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.), cássia-branca (*Osyris alba* L.), folhado (*Viburnum tinus*), gilbardeira (*Ruscus aculeatus* L.), rosêlha-grande (*Cistus albidus* L.), sanguinho-das-sebes (*Rhamnus alaternus*), sargaço-escuro (*Cistus monspeliensis* L.) e zambujeiro (*Olea europaea* var. *sylvestris*), com profusão de trepadeiras, entre elas, a hera (*Hedera hibernica*), jasmineiro-do-campo (*Jasminum fruticans* L.), madressilva (*Lonicera implexa*), madressilva-caprina (*Lonicera etrusca* Santi) e salsaparrilha-bastarda (*Smilax aspera*). Alguns bosquetes apresentam orlas espinhosas, os silvados, com madressil-

va-das-boticas [*Lonicera periclymenum* subsp. *hispanica* (Boiss. et Reut.) Nyman], pilriteiro (*Crataegus monogyna*), rosa-de-cão (*Rosa canina* L.) e silva (*Rubus ulmifolius*). Estas comunidades marcescentes inserem-se na aliança *Quercion broteroi* e na ordem *Quercetalia ilicis*, da classe *Quercetea ilicis*.

2 – Sobreirais (*Quercus suber*)

Ocorrem de forma fragmentada, por vezes, em pequenos núcleos, em zonas com solos de natureza siliciosa e em derivados de calcários do Cretácico descarbonatados e compensado hidricamente (Costa et al., 2010). Embora não constituam formações boscosas e algumas delas muito fragmentadas, são dominadas por sobreiro (*Quercus suber*), com alguns carvalhos-portugueses (*Quercus faginea* subsp. *broteroi*) (Fig. 102). Apresentam elevada diversidade florística no sub-bosque, no qual se destacam o aderno-de-folhas-largas (*Phillyrea latifolia* L.), aroeira (*Pistacia lentiscus* L.), carrasco (*Quercus coccifera*), medronheiro (*Arbutus unedo*), pascoinhas (*Coronilla glauca* L.), sanguinho-das-sebes (*Rhamnus alaternus*), urze-arbórea (*Erica arborea*), zambujeiro (*Olea europaea* var. *sylvestris*) e o híbrido, conhecido localmente como carvalhinho-da-serra-de-aire (*Quercus x airensis* Franco & Vasc.). São comuns as trepadeiras, tais como a hera (*Hedera hibernica*), madressilva (*Lonicera implexa*), salsaparrilha-bastarda (*Smilax aspera*), uva-de-cão (*Tamus communis* L.), entre outras. Nas orlas com frequência encontram-se os silvados com abrunheiro (*Prunus insititia* L.), pilriteiro (*Crataegus monogyna*), roseira-brava (*Rosa sempervirens* L.) e silva (*Rubus ulmifolius*). Estes sobreirais pertencem à aliança *Quercro rotundifoliae-Oleion sylvestris*, à ordem *Quercetalia ilicis* e à classe *Quercetea ilicis*.



Fig. 102 – Grupos de sobreiros (*Quercus suber*) na região de Alcobaça. Fonte: M. Pereira (2020).



Fig. 103 – Encosta dominada por **pinheiros** (*Pinus pinaster* e *P. pinea*) e azinheiras (*Quercus rotundifolia*). Fonte: M. Pereira (2020).

3 – Azinhais (*Quercus rotundifolia*).

Encontram-se nos fundos dos vales e encostas muito inclinadas e pedregosas de colinas, em solos derivados de calcários cársicos do Jurássico (Costa et al., 2010). Embora não sejam abundantes e alguns deles muito fragmentados, identificaram-se as azinheiras (*Quercus rotundifolia*) e, em menor proporção, pinheiros-bravos (*Pinus pinaster*) e pinheiros-de-alepo (*P. halepensis* Mill.), que constituem o estrato arbóreo (Fig. 103). Quase todos os azinhais apresentam sub-bosques dominados pelo carrasco (*Quercus coccifera*) e carvalhinho-da-serra-de-aire (*Quercus x airensis*) tendo por companheiros o alecrim (*Rosmarinus officinalis*), *Genista tournefortii* Spach, murta (*Myrtus communis* L.), queiró [*Calluna vulgaris* (L.) Hull], rosêlha-pequena (*Cistus crispus* L.), rosmaninho (*Lavandula stoechas* L.), sargaço (*Cistus salviifolius* L.), tojo (*Ulex airensis* Esp. Santo, Cubas, Lousã, C.Pardo & J.C.Costa), trovisco (*Daphne gnidium* L.), urze-das-vassouras (*Erica scoparia* L.) e zambujeiro (*Olea europaea* var. *sylvestris*), além das trepadeiras, a madressilva (*Lonicera implexa*), salsaparrilha-bastarda (*Smilax aspera*), uva-de-cão (*Tamus communis*), entre outras. Estes azinhais têm enquadramento na aliança *Quercion broteroi*, da ordem *Quercetalia ilicis* e da classe *Quercetea ilicis*.

Os **castinçais**, povoamentos artificiais de castanheiro (*Castanea sativa*), são muito densos, explorados em talhadia e com reduzidas intervenções culturais, com exceção da obtenção de varas, de rebentos e recolha da castanha (Figs. 104 e 105). Os subcobertos estão dominados por espécies que conseguem crescer em ambientes muito sombreados, entre elas, o folhado (*Viburnum tinus*), gilbardeira (*Ruscus aculeatus*), hera (*Hedera hibernica*), loureiro (*Laurus nobilis*) e uva-de-cão (*Tamus communis*), en-



Figs. 104 e 105 – **Castiçal** (*Castanea sativa*), próximo da granja do Cidral. Fonte: M. Pereira (2020).

tre outros. Os soutos, são formações arbóreas abertas, com árvores de grande porte, algumas delas centenárias, e não apresentam sub-cobertos. Na maior parte dos casos, estão sujeitos ao uso agrícola ou pastoril, com intervenções e mobilizações dos solos, que impedem o desenvolvimento dos estratos arbustivos e herbáceos.

Nas zonas com dominância de solos arenosos encontram-se as **manchas de pinhais**, formações antrópicas, seminaturais, que foram instaladas em diversas áreas e em grandes extensões, dando origem a massas florestais monoespecíficas e contínuas, com reduzida diversidade biológica. São essencialmente constituídos por povoadamentos de pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), com grupos dispersos de pinheiro-manso (*P. pinea*) e pinheiro-de-alepo (*P. halepensis*). Os pinhais surgiram no século XIII, com a finalidade de travar o avanço das areias litorais, para a proteção do património construído e das áreas agrícolas. Os pinheiros-bravos e mansos já foram considerados importantes do ponto de vista económico, pela produção de madeira e extração de resina. Por serem espécies resinosas e, atualmente, devido à plantação desordenada sem ter em conta a sua ecologia (fraco rendimento) e ao elevado risco de incêndio, têm vindo, sistematicamente, a ser substituídos por eucaliptais.

O **eucalipto** (*Eucalyptus globulus* Labill.), tem tido condições edafoclimáticas favoráveis ao seu desenvolvimento, com boas produções de madeira e pasta, razão pela qual se tem verificado um incremento de plantações.

O território dos coutos tem estado sujeito a fortes influências antropogénicas que alteram a estrutura e a composição florística da vegetação natural. A invasão de espécies invasoras, introduzidas ou não pelo homem e a fragmentação dos habitats para a agricultura, construção imobiliária e acessos, têm vindo a reduzir as áreas que preservam vestígios de vegetação nativa.



Fig. 106 – Um grupo de **sobreiros** (*Quercus suber*) no meio de um pomar de macieiras na região de Maiorga. Fonte: M. Pereira (2020).

Os trabalhos de campo efetuados nas granjas analisadas permitiram fazer a caracterização da paisagem predominante. De uma maneira geral é monótona e caracterizada essencialmente por relevos

ondulados com manchas florestais de eucalipto (*Eucalyptus globulus*), pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) e manso (*P. pinea*) e poucos bosquetes de carvalho-português (*Quercus faginea* subsp. *broteroi*) e sobreiros (*Quercus suber*). Também são frequentes áreas com pomares de árvores de fruto, olivais, vinhas e pequenas hortas de subsistência (Fig. 106). Quase todas as linhas de água estão invadidas por canaviais de cana-comum ou cana-de-roca (*Arundo donax* L.).

No entanto, são de destacar alguns aspetos:

1. Celeiro da Cela Nova

Do ponto de vista paisagístico, a área do vale conhecida como a várzea da Cela/Valado dos Frades, foi inicialmente ocupada por um estuário lagunar – a lagoa da Pederneira. As zonas emersas que marginavam o estuário poderão ter sido povoadas desde o Paleolítico, comprovada pelas várias explorações arqueológicas. Segundo Henriques (2013), até ao período romano, a região poderia apresentar condições propícias às práticas agro-pastoris e conseqüentemente favoráveis à implantação e expansão de núcleos urbanos. Na Época Medieval ocorreram mudanças climáticas e a oscilação do nível do mar, que conduziram a consideráveis alterações ambientais e que proporcionaram grande desenvolvimento económico e social. No século XVIII, os monges de Cister introduziram na região novas técnicas agrícolas, que levariam à deflorestação para obtenção de novas áreas para a agricultura, contribuindo para a erosão dos solos, cujos detritos eram vertidos na lagoa. A ação antrópica, a oscilação do mar e o preenchimento sedimentar do estuário foram favoráveis para o progressivo assoreamento da lagoa, tornando-a num vale muito rico de ponto de vista agrícola (Fig. 107).



Fig. 107 – Marco de delimitação na região de Alcobaça.

Fonte: M. Pereira (2020).

2. Lagar da Ataija de Cima

A paisagem envolvente ao lagar é caracterizada por uma extensa planície arenosa onde predominam os pinhais de pinheiro-bravo, pinheiro-manso e, em menor quantidade, os pinheiro-de-alepo. Próximo da serra de Candeeiros, na base e nas encostas, estão dominadas por eucaliptais explorados em talhadia. Dos extensos olivais que iam desde o lagar até à meia encosta da serra, resta poucos exemplares. A Lagoa Ruiva secou e no seu lugar construíram um campo de futebol.

3. Quinta do Campo (Valado de Frades)

Era a antiga escola agrícola, situada no Vale Tifónico na margem direita do rio Alcoa, que se estende desde Óbidos até às planícies aluviais do Valado de Maiorga, nas zonas de transição para a região de colinas e areias pliocénicas (Sousa & Pedro, 1988). Atualmente, nos festos e encostas muito inclinadas e íngremes que contornam o extenso vale, encontram-se carvalhais de carvalho-português e azinhais, além dos medronhais e carrasçais. Em algumas zonas aparece em manchas de eucaliptos (*Eucalyptus globulus*) resultantes da ação antropogénica. O bosque ripário que acompanha o rio Alcoa está degradado por ter sido muito explorado pelo homem devido aos cortes, drenagem, agricultura nas margens e plantações de exóticas. Os freixiais, amiais e os salgueirais, têm crescimentos desordenados e invasores e, muitos deles estão fragmentados.

4. Quinta de Vale de Ventos

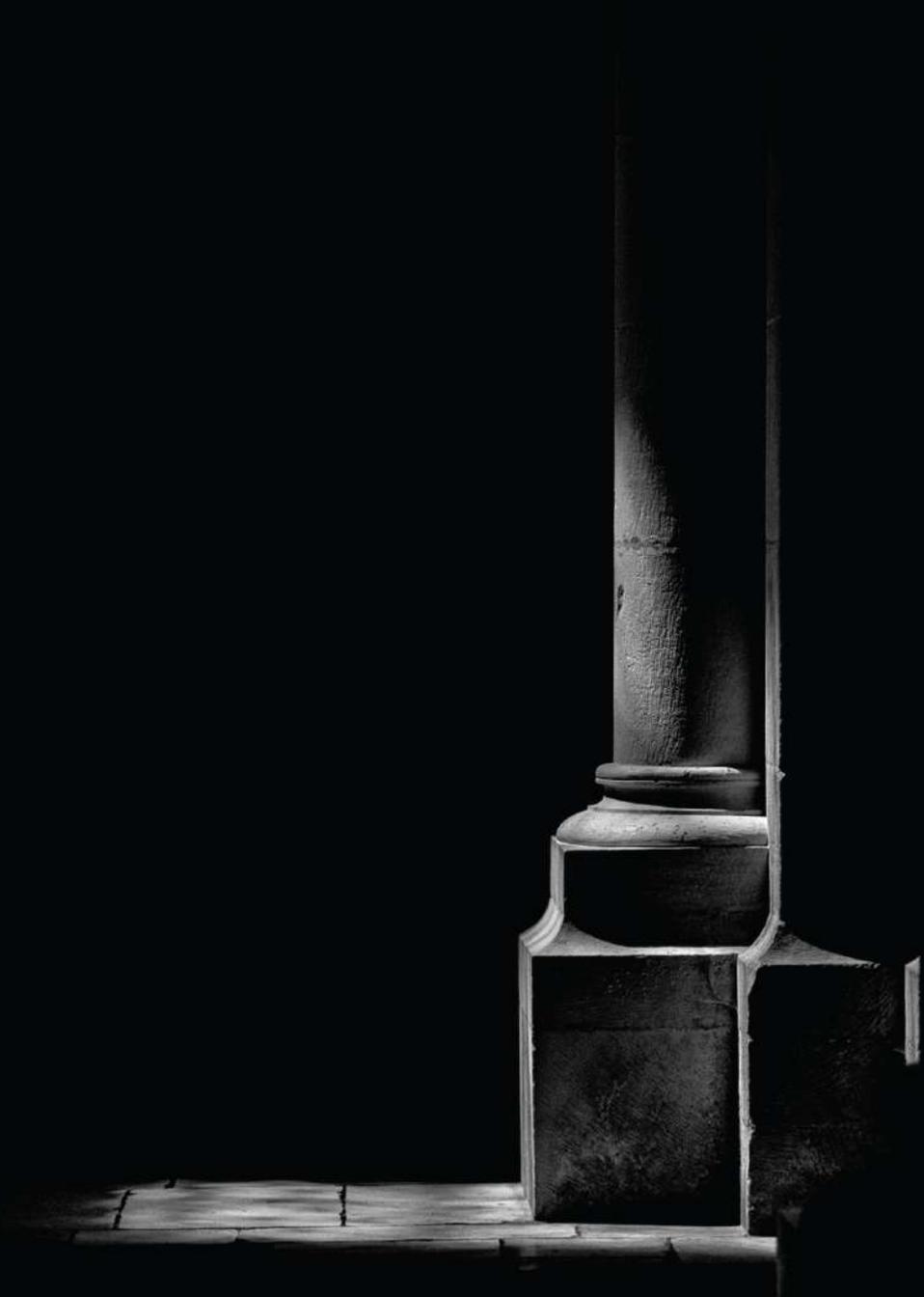
Está situada numa região onde a secura, acentuada pela ausência de linhas de água superficiais, constitui a característica marcante da paisagem agreste típica de substratos calcários. A rápida infiltração das águas das chuvas na rocha porosa torna os solos bastante secos principalmente nos períodos sem precipitação atmosférica.

A paisagem natural está muito degradada com a ausência quase total dos antigos carvalhais de carvalho-português que dominavam naquela região. Nas encostas da serra encontram-se eucaliptais e os antigos olivais plantados pelos frades foram arancados para dar lugar a pastagens. Os sobreirais estão praticamente confinados aos locais mais elevados ou então, transformados em sebes arbóreas de divisão de propriedades.

5. Quinta do Vimeiro

A povoação do Vimeiro está situada ao longo de uma extensa planície cultivada e fértil, enquadrada por colinas arborizadas e retalhada por três ribeiros que desagüam nos rios Baça e Alfeizerão. A toponímia da povoação estará relacionado com a abundância do salgueiro que poderia crescer nos terrenos pantanosos e nas margens dos ribeiros que inundavam as várzeas férteis da quinta, nos quais os monges agrónomos implementaram extensos pomares de laranjeiras e limoeiros. Estes foram substituídos, por vinha.

A Mata Nacional do Vimeiro com cerca de 270 ha e que pertenceu a esta antiga granja é património do Estado, encontra-se classificada como nacional, integrando quatro matas (Roda, Gaio, Ribeira e Canto) com dominância de carvalhos-portugueses e sobreiros. Nos últimos anos têm sido feitas plantações de eucaliptos, pinheiro-bravo e castanheiros.



EDIÇÃO



APOIO



ALCOBAÇA
Dê lugar ao Amor

ISBN 978-989-8991-64-5



9 789898 991645 >

 Hora de ler